

PÁGINA 22

INFORMAÇÃO PARA O NOVO SÉCULO

FGV
GVces

NÚMERO 21
JULHO 2008
R\$ 15,00



A Copa no Brasil

O país da bola quer ser também o da sustentabilidade. O tempo é curto, e o caminho, longo

CARLOS MINC
O novo ministro promete tirar o Meio Ambiente do isolamento

MUDANÇA CLIMÁTICA
A busca de um acordo global para evitar emissões do desmatamento

Um relacionamento
sólido faz a confiança

crescer tanto
quanto os negócios.

Cliente do Banco Real há anos, a Sra. Maria de Lourdes está sempre em busca de soluções mais eficientes para o dia-a-dia da escola que dirige. O serviço de Pagamentos e Recebimentos do Banco Real foi uma solução que seu gerente sugeriu e que ajudou a controlar com facilidade o fluxo de caixa da escola. Assim, ficou mais fácil identificar boletos em atraso, pagar seus funcionários com mais segurança e se concentrar em outras questões importantes para o desenvolvimento de seu negócio. Conheça as modalidades de Pagamentos e Recebimentos que o Banco Real oferece para seu negócio. Fale com nossos gerentes ou acesse o site: www.bancoreal.com.br/empresa

Empresas reais. Soluções reais.

- ▶ RealPague Salários
- ▶ RealPague Fornecedores
- ▶ Cobrança

Sra. Maria de Lourdes,
da Escola Oswald de Andrade
e Cliente Real, e a aluna Izabel.

O banco da sua vida

 BANCO REAL

O mundo que cabe aqui

A **Copa do Mundo é um dos últimos refúgios** do nacionalismo, diz um entrevistado na reportagem de capa desta edição. Sai de campo a representação bélica entre os países, entra a globalização explícita dos clubes futebolísticos, com craques trazidos dos celeiros periféricos de todo canto. De fato, o traçado político dos Estados Nacionais se depara com a crescente integração dos mercados e a maior consciência quanto à interdependência dos sistemas naturais.

Integrar-se ao mundo transnacional e ao mesmo tempo valorizar o “passe” de seu ativo natural é o equilíbrio que o Brasil precisa buscar entre o global e o local. Como no futebol, o País também é potência no mapa-múndi do capital natural, representado por solo fértil, água, energia e biodiversidade, mas que continuamente “exporta” sua biocapacidade de graça ou às custas de subsídios pagos pela própria população.

Sem uma política interna efetiva para proteção de seus ativos, o Brasil dificilmente deixará de ser o maior desmatador de floresta tropical do mundo, posto que conquistou no *ranking* da revista científica americana *Proceedings of the National Academy of Sciences*. Ao mesmo tempo, está em busca da cooperação internacional para conservação da Amazônia, por meio de um fundo pelo qual receberá doações de outros países. Sem a floresta, perde toda a humanidade mas, principalmente, perdem os brasileiros. De outro lado, é preciso garantir que as nações industrializadas façam sua parte, ao reduzir suas emissões de carbono.

A Copa que o País vai sediar em menos de seis anos é um ótimo mote para a sociedade brasileira refletir sobre si mesma e seu papel na sustentabilidade mundial. Assim como em todo megaevento esportivo, atrairá atenção para problemas e avanços políticos, sociais e ambientais. Ainda há tempo de investir em uma agenda local que resulte em benefícios da global. Porque o mundo é, mesmo, uma bola.

Boa leitura.

PAGINA 22

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
DIRETOR: Francisco S. Mazzucca



COORDENADOR Mario Monzoni
COORDENADORA-ADJUNTA Rachel Biderman

EDITORAS FUNDADORAS Amália Safatle e Flavia Pardini
REPORTER Carolina Derivi

PROJETO GRÁFICO E EDIÇÃO DE ARTE
Marco Cançado (Banana Biônica Design)

EDITOR DE FOTOGRAFIA Bruno Bernardi
ILUSTRAÇÃO Janaina Tokitaka

REVISÃO José Genulino Moura Ribeiro
COORDENADORA DE PRODUÇÃO Bel Brunharo

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO Alessandra Pereira, André Carvalho, Hugo Penteado, José Eli da Veiga, Mario Monzoni, Nicolau El-Moor, Regina Scharf

ENSAIO FOTOGRAFICO Coletivo Rolê
JORNALISTA RESPONSÁVEL Amália Safatle (MTb 22.790)

MARKETING E PUBLICIDADE

SÃO PAULO: Bernardo Leschziner (11) 8926-1415 e Monica Carboni (11) 8104-1632

RIO: Ricardo Luttigardes (21) 2204-2311

BRASÍLIA: Charles Marar Filho (61) 3321-0305

MINAS GERAIS: Rosina Bernardes (31) 3261-3854

SUL: Leoni Zaveruska (51) 3245-1807

NORTE/NE: Luciano Moura (81) 3466-1308

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Alameda Itu, 513

01421-000 - São Paulo - SP

(11) 3284-0754 / redacao@pagina22.com.br

ASSINATURAS E REPARTES CORPORATIVOS

www.pagina22.com.br

assinaturas@pagina22.com.br

IMPRESSÃO Posigraf

DISTRIBUIÇÃO Door to Door Logística e Distribuição

DISTRIBUIÇÃO BANCAS Fernando Chinaglia

CIRCULAÇÃO LM&X

CENTRAL DE ATENDIMENTO AO JORNALISTA

(11) 3865-3832

NÚMEROS AVULSOS

(11) 3281-7875 e 3281-7790 ou livrariagv@fgvsp.br

(21) 2559-5535 ou livraria@fgv.br

CONSELHO EDITORIAL

Aron Belinky, Gladis Ribeiro, José Carlos Barbieri, José Eli da Veiga, Mario Monzoni, Pedro Roberto Jacobi, Ricardo Guimarães,

Roberto Waack, Tarcila Reis Ursini

CONSELHO CONSULTIVO GVCS

Fabio Feldmann, Heloisa Bedicks, Luiz Maia, Luiz Ribeiro, Paulo Vanca, Ricardo Young, Sergio Esteves, Tarnas Makray

Os artigos, ensaios, análises e reportagens assinadas expressam a opinião de seus autores, não representando, necessariamente, o ponto de vista das organizações parceiras e do GVces. É necessária a autorização dos editores, por escrito, para reprodução do todo ou parte do conteúdo desta publicação.

TIRAGEM DESTA EDIÇÃO: 10.000 exemplares



A REVISTA PÁGINA 22 FOI IMPRESSA EM PAPEL CERTIFICADO, PROVENIENTE DE REFLORAMENTOS CERTIFICADOS PELO FSC DE ACORDO COM RIGOROSOS PADRÕES SOCIAIS E AMBIENTAIS

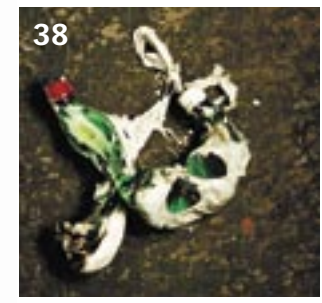
CAPA: MARCIO FERNANDES/FOLHA IMAGEM



52

- 06 Notas
- 30 Análise
- 32 Retrato
- 46 Ensaio
- 50 Coluna
- 60 Entrevista
- 64 Artigo
- 66 Última

- 12 **Entrevista**
O novo ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, aposta na experiência de negociador para trocar “nãos” por “sins” e avançar na agenda socioambiental, sem barganhas
- 18 **Copa 2014**
O Brasil tem menos de seis anos para mostrar ao mundo reformas nos campos político, social, ambiental e de infraestrutura. Os treinos mal começaram



- 38 **Lixo**
As ruas infestadas em Nápoles expõem o problema: só reciclar não resolve, é preciso descartar menos e, para isso, repensar o consumo
- 52 **Clima**
Como o mercado voluntário pode contribuir para as discussões sobre um mecanismo que regule os esforços de evitar emissões do desmatamento

[RECURSOS NATURAIS I]

Pense antes de usar

Pense no meio ambiente antes de imprimir. A frase já se tornou lugar-comum, em especial no pé de mensagens de email, lembrando o recipiente que colocar aquelas mal traçadas linhas sobre papel gera impactos, e não só literários. Apesar disso, o **consumo mundial de papel aumentou** quatro vezes desde os anos 60. A exemplo de outros produtos, a balança pesa mais nos países desenvolvidos: a Europa usa quatro vezes mais papel do que a média global. Para mais uma vez lembrar os consumidores de que os recursos naturais são finitos, a European Environmental Paper Network (EENP), uma aliança de cinquenta ONGs, lançou a campanha "*Shrink*

– addressing the madness of over-consumption of paper" (Encolha – enfrentando a loucura do superconsumo de papel).

De acordo com a EENP, a contribuição da indústria de papel para as mudanças climáticas – incluindo impactos nas florestas, produção, transporte e descarte – é três vezes maior do que a do setor de aviação (*nota à pág. 9*). A produção de 1 quilo de papel consome 98 quilos de outros recursos, diz o site da campanha (www.shrinkpaper.org). Ali, consumidores e fabricantes podem tornar público seu compromisso de economizar papel. – por Flavia Pardini



[RECURSOS NATURAIS II]

Muito além do papel

Engana-se quem pensa que o impacto de um computador se materializa apenas quando acionado o botão de imprimir. A contribuição das tecnologias da informação e de comunicação (TIC) para as mudanças climáticas equipara-se à da aviação global, mostrou um estudo da Global e-Sustainability Initiative, que congrega empresas provedoras de serviços de voz, dados e imagem, além de fabricantes de equipamentos.

Conduzido pela ONG The Climate Group, com análises da McKinsey & Company, o estudo calculou que o setor emitiu 830 milhões de toneladas de CO₂ em 2007, o equivalente a 2% das emissões globais. As TIC, entretanto, têm potencial para reduzir, até 2020, a própria pegada e a de outros segmentos em volume equivalente às emissões anuais da China. Para isso, porém, é preciso **ir além de evitar imprimir sobre papel** e encurtar distâncias com teleconferências e colocar a tecnologia em uso para mensurar, otimizar e administrar o uso de energia, diz a Global e-Sustainability Initiative. (FP)



[RECURSOS NATURAIS III]

O que entra na conta

Não são apenas produtos agrícolas e o petróleo que têm registrado altas recordes de preço. O custo do minério de **ferro** vendido pela anglo-australiana Rio Tinto à maior siderúrgica chinesa, Baosteel, vai subir entre 80% e 96,5% este ano, o maior aumento anual da história, e mais do que a Vale obteve (65% a 71%). Austrália, Brasil e Índia são os principais fornecedores de minério para a China.

Para conseguir aumento maior, a Rio Tinto argumentou que o minério australiano é de melhor qualidade, além de ser extraído de um lugar mais perto do mercado consumidor. Quando compram do Brasil, os chineses precisam incluir na conta o custo de transportar o minério ao redor do mundo. Segundo analistas, o frete de uma tonelada métrica de minério para a China é cerca de US\$ 50 mais baixo da Austrália do que do Brasil.

O transporte entrou na conta, mas os impactos socioambientais continuam de fora. Eles ocorrem não só na extração: insumo para a fabricação de aço usado em uma miríade de produtos, o minério de ferro alimenta o consumo da China e do mundo. (FP)



[DESMATAMENTO]

Tecnologia para todos

Enquanto os números do desmatamento na Amazônia ganham muita repercussão, pouco se sabe sobre o que acontece com a paisagem natural no restante do País. Isso porque a Amazônia é o único bioma brasileiro que conta com um sistema de monitoramento georreferenciado por satélite, mas essa exclusividade pode estar ficando para trás.

O Centro de Monitoramento Ambiental do Ibama, juntamente com a Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, vem desenvolvendo um sistema nos mesmos moldes para monitorar as variações no solo em todos os biomas, do Oiapoque ao Chuí.

Uma das dificuldades é distinguir através das imagens de satélite as áreas de desmatamento em vegetações menos densas, como ocorre na **Caatinga** e no Cerrado. Já na Amazônia, o contraste nítido entre regiões florestadas e desmatadas facilita

a produção dos dados. Segundo Tasso Azevedo, diretor do Serviço Florestal Brasileiro, os empecilhos têm sido superados.

"No caso da Caatinga, já é possível fazer. Vamos usar imagens de definição mais alta e precisaremos muito do trabalho humano na identificação das áreas. Não poderá ser automatizado. Para alguns tipos de Cerrado, como o arbóreo, também será possível. Para outros, ainda estamos desenvolvendo a tecnologia", explica Azevedo (*leia entrevista à pág. 60*). O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), responsável pelos dados de desmatamento na Amazônia, também participa do projeto.

A previsão é de que as primeiras informações sobre todos os biomas saiam já em 2009, mas Azevedo acredita que serão necessários mais dois anos até que o sistema esteja plenamente operante. – por Carolina Derivi



[MUDANÇAS CLIMÁTICAS]

Aviação em dieta

O **setor de aviação** parece ser a referência da hora quando se quer comparar as emissões de gases de efeito estufa entre segmentos da atividade econômica – caso da produção de papel e das tecnologias da informação (*notas às págs. 6 e 7*). Mas ele mesmo pode ter de entrar em dieta: no início de julho, as lideranças no Parlamento Europeu chegaram a um acordo para limitar as emissões do setor. Caso seja concretizado, o entendimento significará que o setor integrará o Sistema Europeu de Negociação de Emissões (*EU Emissions Trading Scheme*) a partir de 2012.

As companhias aéreas, mesmo que de outros países, teriam de comprar permissões para emitir – ou seja, para decolar e aterrissar nos países da União Européia. Um acordo parece certo entre os países europeus, mas o assunto deve causar polêmica em outros cantos do mundo, especialmente nos EUA.

Estima-se que frota global de aviões participe com 3% no total de emissões de gases de efeito estufa decorrentes da queima de combustíveis fósseis. No total, o setor de transportes contribui com 25% dessas emissões. (FP)

[RIO MADEIRA]

A briga continua

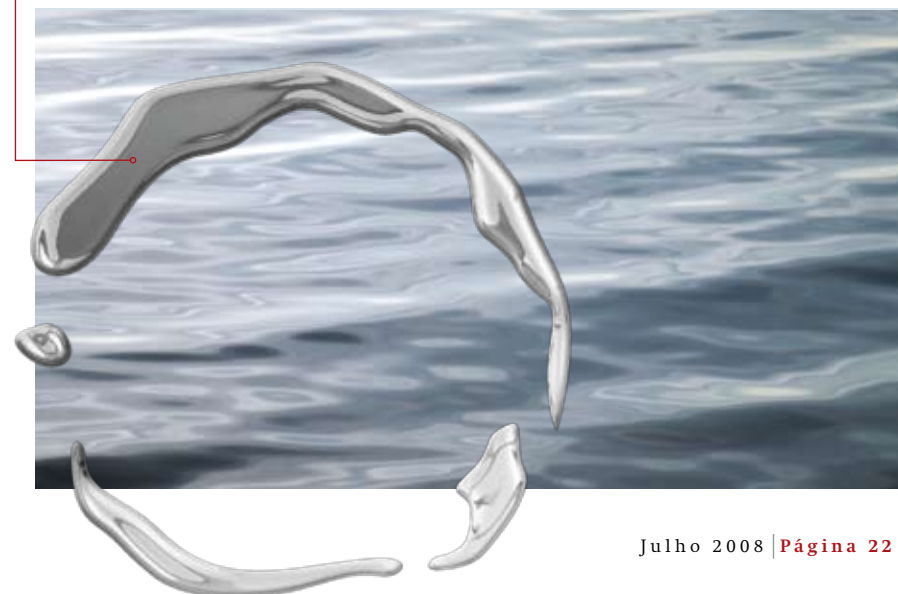
Mesmo após a concessão de licença prévia e o leilão das usinas hidrelétricas de Santo Antônio e de Jirau, em Rondônia, ambientalistas apostam em uma última cartada para barrar o projeto. No último dia 2 de julho, o diretor para América Latina da International Rivers Network, Glenn Switkes, reuniu-se com deputados da Frente Parlamentar Ambientalista, em Brasília, para apresentar a publicação *Águas Turvas: Alertas sobre as conseqüências de barrar o maior afluente do Amazonas*.

O livro, organizado pela IRN, é uma compilação de artigos de cientistas sobre os impactos socioambientais que teriam sido subdimensionados durante o processo de licenciamento, como a **contaminação da água por mercúrio**, as conseqüências para as populações de peixes e acumulação de sedimentos nas barragens. Entre os autores estão Geraldo Mendes dos Santos, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), e Jorge Molina, diretor do Instituto de Hidráulica e Hidrologia da Universidad

Mayor de San Andrés, na Bolívia.

"Com o Ibama não adianta mais tentar, virou um processo político e não técnico. Nossa intenção agora é sensibilizar alguns políticos e também a Justiça", diz Switkes. Há três processos judiciais correndo contra a instalação do projeto, um movido pelo Ministério Público Federal e outros dois pela ONG Amigos da Terra – Amazônia Brasileira.

Segundo Switkes, as 33 condicionantes estabelecidas pelo Ibama ao tempo da Licença Ambiental Prévia estariam sendo flexibilizadas: "As áreas de proteção permanente, por exemplo, que deveriam existir a 500 metros do rio, agora são planejadas para 30 ou 100 metros em alguns locais". O livro, entretanto, foi finalizado antes do leilão de Jirau, em maio, quando o consórcio vencedor liderado pela empresa Suez alterou a localização da usina em 9,2 quilômetros. Ambas as usinas aguardam Licença de Instalação por parte do Ibama para que as obras tenham início. (CD)



[EMPREGOS]

De que cor?

O caminho para a economia de baixo carbono vai absorver o trabalho de muita gente. Hoje nos Estados Unidos cerca de 14 milhões de pessoas — em 45 ocupações — seriam beneficiadas com investimentos para mitigar as mudanças climáticas, que poderiam gerar mais postos de trabalho. É o que diz um estudo do Political Economy Research Institute (Peri), da Universidade de Massachusetts, divulgado no fim de junho. São os chamados *green-collar jobs*, que mobilizam sindicatos e ativistas sociais e caíram na boca dos candidatos presidenciais — o democrata Barack Obama chegou a prometer 5 milhões de **empregos verdes** em dez anos.

Os *green-collar jobs* são bem pagos, oferecem a possibilidade de uma carreira e contribuem diretamente para preservar ou



melhorar a qualidade ambiental, segundo a Apollo Alliance, uma coalizão que trabalha para "catalisar a revolução da energia limpa" ao reduzir a dependência do petróleo importado, as emissões de carbono e expandir as oportunidades para empresas e trabalhadores.

"Eles tendem a ser empregos locais, porque envolvem a transformação e a melhoria de ambientes construídos ou naturais – por exemplo, reforma de edifícios para torná-los mais eficientes quanto à energia, instalação de painéis solares, construção de linhas para transporte público e paisagismo", diz um estudo da Apollo. Se beneficiar o meio ambiente, mas não oferecer salário digno e possibilidade de ascensão, não é emprego verde, segundo a aliança. (FP)

[CONSUMO]

Verde glamour

Eles querem proteger o planeta da degradação ambiental e da exclusão social. Não obstante, querem defender o próprio *status* e contas bancárias recheadas. São fruto da improvável combinação do anti-materialismo hippie com o pró-materialismo *yuppie*. São os *scuppies* (*Socially Conscious Upwardly Mobile Persons*).

Quem batizou o movimento foi o americano Chuck Failla, fundador do site *scuppie.com*, no qual disponibiliza um guia prático e um manifesto que apresenta algumas máximas para os ambientalistas endinheirados. São idéias como: "Tudo bem ter um adesivo 'meu outro carro é uma bicicleta' no seu Lexus, porque você está passando uma mensagem importante sobre a redução de emissões pessoais de gases de efeito estufa, mesmo que esteja trapaceando um pouquinho e seu outro carro seja na verdade um Volvo wagon".

Segundo reportagem publicada pelo jornal *The Times*, de Londres, os *scuppies* formam o grupo de consumidores mais influente da atualidade: "Graças ao glamoroso culto do 'verde', ser social e ambientalmente consciente tornou-se norma entre pessoas que freqüentam a alta sociedade". Se o novo e poderoso grupo estimula a oferta de produtos mais sustentáveis na esteira da moda, resta saber se serão capazes de adotar também a simples e eficiente redução do consumo. E sem trapaça. (CD)



[**Errata**] Ao contrário do publicado na reportagem "Zona cinzenta por trás do verde", na edição 20, a Thymus não é uma agência de construção de marcas com foco em sustentabilidade, e sim uma consultoria estratégica de gestão. Segundo seu presidente, Ricardo Guimarães, sustentabilidade é crença e aspecto relevante do *branding* que tem como foco garantias de resultado futuro. Desde 2002, Guimarães deixou de atuar como publicitário.

Novas Fronteiras, Desafios e Responsabilidades.

20 a 22 de agosto de 2008, RJ
Hotel Windsor Barra



Vamos debater os rumos que o **Brasil** e o **Mercado de Capitais** vão tomar com as novas mudanças na economia.

Destaques para:

- Processos de **Internacionalização** das Empresas;
- Relacionamento entre **Profissionais de Investimentos, Investidores e RI's**;
- A **nova economia** das mudanças climáticas;
- Educação para **Investidores**.

Acesse o site para maiores informações www.congressoapimec2008.com.br

Patrocínio Master



Patrocínio Senior



Patrocínio



Apoio de Mídia



Assessoria de Imprensa



Organização



Apoios Institucionais:

ABIPEM, ABRAPP, ABRASCA, ABVCAP, ACRJ, ADEVAL, AMEC, ANCEP, ANCOR, ANEFAC, CEBC, CEBRI, IBGC, IBE, IBI, IBC, IFCOMOVEY, FUCAPE, INI, TRADER BRASIL.

| POR Amália Safatle e Carolina Derivi

Sem meias palavras

Na assessoria de comunicação do Ministério do Meio Ambiente, a fila não pára. Em meio ao assédio da imprensa, Carlos Minc Baumfeld, 57 anos, mostra-se um ativo comunicador e formulador de frases de efeito, o que até lhe rendeu o apelido de Carlos Mídia. E deverá usar da força da comunicação para tirar a pasta do isolamento. O “ecoansioso” ministro, como se intitula, aposta na experiência de negociador acumulada no Parlamento para trocar “nãos” por “sins” e avançar na agenda socioambiental, em um governo predominantemente desenvolvimentista. Mas sem barganha, no sentido pejorativo da palavra – garante.

Líder estudantil exilado, economista de formação, fundador do Partido Verde e deputado estadual por 20 anos, Minc tem a princípio apenas dois anos para pôr em prática tudo o que anuncia. E ainda se equilibrar entre o movimento ambientalista, com o compromisso de não abandonar a agenda de Marina Silva, e os interesses dos setores econômicos e de demais ministros. Como nunca, colocará à prova sua capacidade de interlocução.

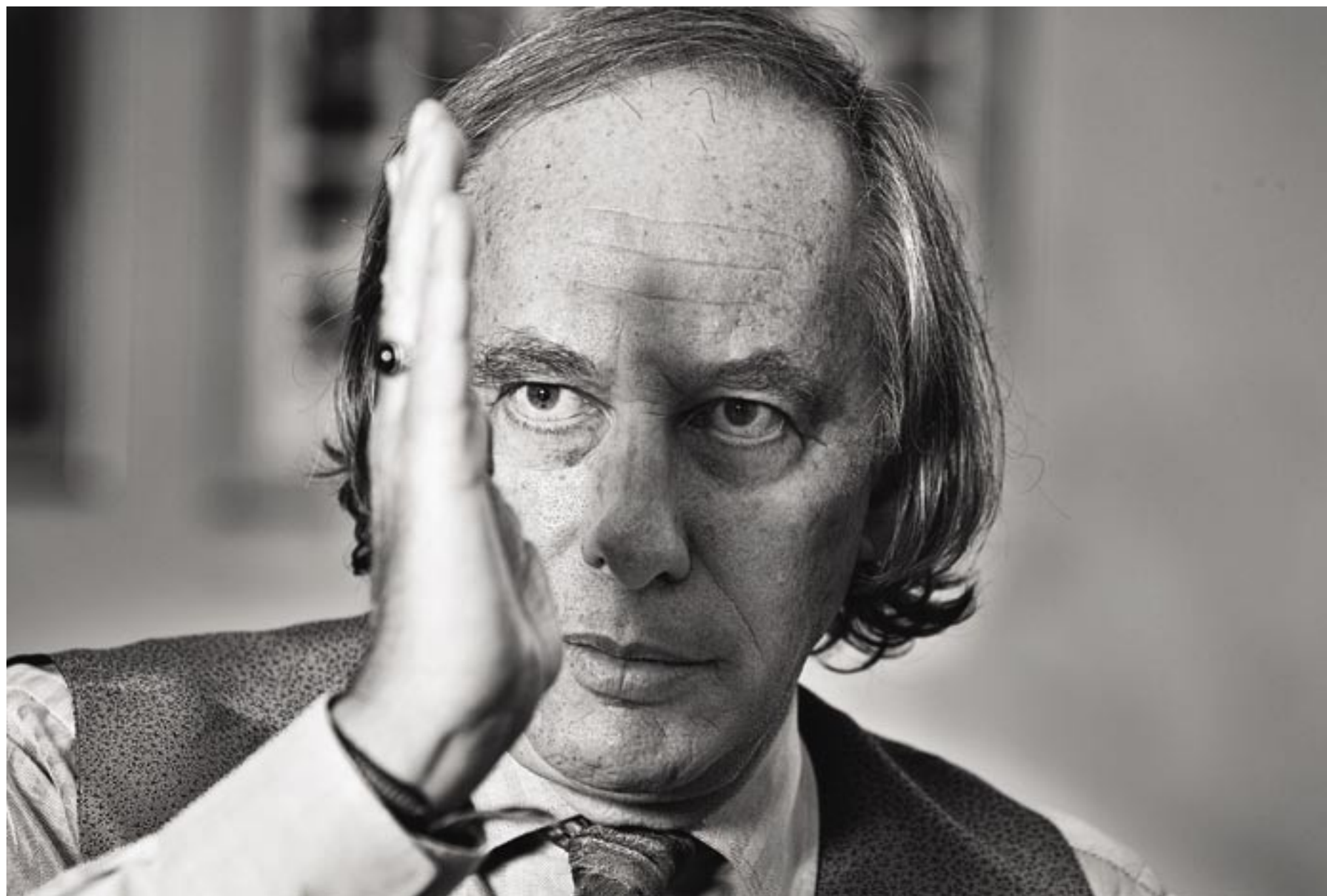


FOTO: NICOLAU EL-MOOR



No Rio, destravamos o licenciamento ambiental aumentando o rigor. Não há contradição nisso



Quanto é possível avançar em uma agenda socioambiental dentro de um governo reconhecidamente desenvolvimentista? O governo não é só desenvolvimentista. Foi o governo que mais homologou terras indígenas e fez reservas na Amazônia. Qualquer país que se desenvolve tem tensões entre desenvolvimento e preservação. Elas se refletem na sociedade, no Parlamento e nos governos. A ministra Marina Silva, minha amiga e companheira há mais de 25 anos – quando a conheci, era uma menina, no Acre, com Chico Mendes, que também esteve na minha casa, sou dessa turma –, consegui fazer muita coisa boa em cinco anos. E também teve derrotas. No fim, o ministério estava realmente isolado. Inclusive a Marina se sacrificou, de alguma forma, para o meio ambiente ter mais força. Eu não pedi para ser ministro. Não queria ser ministro. Coloquei dez condições para aceitar e algumas pessoas disseram que era arrogância. Como uma pessoa convidada, em vez de dizer “quanta honra”, estabelece condições? Arrogância era achar que faria a agenda avançar sem ter condições. Era o mínimo necessário.

Quais foram as condições? O que é o mínimo necessário? O Meio Ambiente voltar a ter recursos, os quais tem garantidos por lei e foram contingenciados. Recursos como 10% dos lucros das atividades de petróleo, o que seriam R\$ 180 milhões por ano. Recursos também previstos em lei sobre o uso da água pelo setor elétrico. Isso gera superávit fiscal e minha tese é de que tem de virar superávit ambiental. Outro ponto é que o meio ambiente acabou aliado de políticas como a de saneamento. Como não vai influir na política responsável pela poluição nos rios, mares, lagoas? Isso também foi garantido. Vai haver um plano nacional para passar o nível de coleta e tratamento de esgoto dos atuais 35% para 70% em dez anos, com investimentos de bilhões por ano. O Meio Ambiente saiu da política industrial, da política tecnológica. E isso é inacreditável, porque a questão da tecnologia limpa não é indiferente ao que vai acontecer com os ecossistemas, com o pulmão das pessoas, com a ecologia humana. Então, o MMA vai participar dessa agenda formalmente. Já existe uma pauta com o presidente do BNDES para uma política de estímulo especial para a tecnologia limpa. Um dos pontos também reivindicados é voltar para a coordenação do PAS (*Plano Amazônia Sustentável*).

Outra coisa importante é a resolução do Banco Central que corta o crédito para quem está irregular do ponto de vista fundiário e ambiental. É uma forma de tentar segurar o desmatamento, agora que os índices voltaram a subir. E aí pedi garantias de que a resolução seria mantida. Houve pressão grande de um governador (*Blairo Maggi*), que mobilizou outros, mas nós contatamos, um por um, os governadores da Amazônia. Obtivemos ganhos para eles. Por exemplo, preços mínimos para produtos extrativistas e o aumento de R\$ 60 milhões para R\$ 130 milhões dos recursos para estruturar e modernizar a atividade extrativista, mais outros para regularização fundiária, e terminar até o ano que vem o Zoneamento Econômico-Ecológico. Resultado: nenhum dos oito governadores, além daquele que propôs a derrubada dessa medida, assinou a proposta. A medida está mantida, aliás, entra em vigor daqui a duas semanas (*equivalente a início de julho*). Outra condição foi uma posição clara do presidente em relação ao projeto da Frente Ruralista, que diminui a reserva legal da Amazônia de 80% para 50%. O presidente Lula garantiu que essa posição não seria só do ministério, mas do governo, e eu comuniquei isso aos líderes na Câmara e no Senado. Com base nessas garantias, começamos o trabalho.

Em 5 de junho, Dia Mundial do Meio Ambiente, o presidente assinou três reservas há um ano e meio encalacradas, e que representam duas vezes e meia a área desmatada no ano passado. Não estou inebriado por isso, as questões são duríssimas. Há passivos ambientais em todas as áreas. Esses recursos estão garantidos, mas tem que correr atrás.

E a questão da transversalidade, da qual Marina Silva falava tanto, e que é importante para se conseguir fazer tudo isso? Pois é, a Marina e todos nós defendemos a transversalidade. Mas esse discurso não estava acontecendo. O Meio Ambiente ficou fora da política de saneamento. Voltou agora. Ficou fora da política científica e industrial. Voltou agora. Ficou fora do grupo executivo do PAS. Voltou agora. E, mesmo na agenda do licenciamento ambiental, não tinha uma interlocução boa com outros ministérios, digamos, mais da área econômica, como Minas e Energia, com a ANP (*Agência Nacional do Petróleo*) ou com a Agricultura. É tirar o Meio Ambiente de um certo isolamento, também pela questão do licenciamento ambiental. No Rio, destravamos o licenciamento aumentando o rigor. Não há contradição nisso. Você pode demorar três anos para dar uma licença frouxa, e pode dar em seis meses o maior licenciamento ambiental da América Latina, que foi o do Comperj (*Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro*) em Itaboraí, da Petrobras. Um licenciamento de R\$ 18 bilhões e a licença mais rigorosa já dada no País. Como conseguimos isso? Diminuindo etapas inúteis, encurtando prazos, trabalhando de forma seqüencial, informatizando, fazendo grupos de acompanhamento quinzenal das grandes licenças com *checklist*. Por exemplo: na Feema (*Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente*), para chegar na mão do primeiro analista ambiental, o processo passava por 15 funcionários. Nós tiramos 14. Não interessa ficar meses descobrindo se tem alvará, fotocópia, conta de luz. Tem de ir no *point*. Com isso, passamos a licença de três anos para oito, seis meses. Aumentamos o rigor e acho que essa foi a principal razão pela qual o presidente Lula nos chamou para o ministério.

Mas isso valeria para a Amazônia, onde há um cenário muito mais complexo? Muitas vezes não é bom que o processo demore, para que haja tempo de a sociedade refletir, discutir sobre as mudanças causadas pelos empreendimentos? Não vejo dessa forma, pelo seguinte: para as licenças que demos com

alguma rapidez, houve seis meses de discussão com a universidade e com os ambientalistas, para fazer a instrução técnica, que são as perguntas que o estudo ambiental deve responder. A Petrobras ficou nervosa quando criamos uma audiência para fazer a instrução técnica. Normalmente, lá na frente descobre-se que as boas perguntas não foram feitas. Então, você perde três semanas e faz todas as perguntas boas. Depois, fizemos cinco audiências públicas com participação média de 2 mil, 3 mil pessoas, dos municípios no entorno. Demos 2 mil licenças em um ano e quatro meses, de alta qualidade, votadas pela sociedade civil.

O principal motivo da saída da Marina foi a demora em licenciamentos? Foram vários os motivos. Ela caiu mais pelos acertos do que pelos erros. Participei de uma reunião do conselho de ministros de Biossegurança e fui derrotado por 7 votos a 3 quanto ao recurso da Anvisa sobre o milho transgênico. No entanto, foram aprovadas na mesma reunião duas coisas importantes: uma recomendação unânime ao CTNbio de que não se baseie, no futuro, exclusivamente em estudos apresentados pelo proponente do organismo geneticamente modificado, mas que faça estudos independentes. E que esses estudos não sejam baseados no que acontece em outros países, mas nos nossos biomas. Quer dizer, a gente teve uma derrota e também uma vitória. Temos uma posição muito propositiva junto ao setor empresarial. Assinamos a moratória com o setor da soja. Durante um ano não vão comprar soja produzida em áreas desmatadas da Amazônia. Já havia a moratória, mas o governo não participava. Eles estavam desistindo de renovar a moratória. Alegavam que não podiam ser “mais realistas que o rei”. Como há o direito legal de desmatar 20%, a moratória vai além da lei brasileira. A gente colocou a questão do Zoneamento Econômico-Ecológico, o governo entrando para garantir o cadastramento das propriedades e a regularização fundiária, e eles toparam mais um ano, desta vez com intervenção do governo. Vamos fazer o mesmo em dois outros setores: frigoríficos e madeira. Vão ter de informar todos os fornecedores. E vão ser co-responsáveis pelos crimes ambientais cometidos pelos fornecedores, como a pessoa que compra um carro roubado. Vira receptor, dá prisão. Esses dois setores são poderosíssimos na Amazônia e no Brasil, e precisavam do carimbo para exportar. Não vão ter o carimbo, porque suas cadeias estão fora da lei. É muito melhor do que colocar

um fiscal atrás de cada um. E vamos conseguir recursos adicionais no BNDES para modernização e legalização das cadeias produtivas. A legalidade será incentivada, respeitada, acreditada. A ilegalidade será fechada, embargada, punida com cana dura, como diz a Lei de Crimes Ambientais.

O quanto ministérios “fortes”, como o da Agricultura, o de Minas e Energia, têm noção da importância de o Brasil ser uma potência ambiental e valorizam essa vantagem comparativa? Não tenho a pretensão de mudar a cabeça dos outros ministros. É um governo plural, tem várias forças políticas representadas e vai continuar assim. Tenho de afirmar a nossa área, tirá-la do isolamento, ir para o propositivo. Licenças precisam ser técnicas, não políticas. O que for “não” é “não”. Mas é “não” rapidamente. E tem mais: não me envergonharei de dar licenças ambientais bem dadas. Porque o papel da área ambiental não é ser breque da roda em relação ao licenciamento ambiental. O que for bem dado, eu direi: dei uma ótima licença ambiental. Vai ter desenvolvimento, com criação de emprego e pouco impacto na população, no rio e na floresta. Já falei para os outros ministros: cada licença, um parque. Cada licença, mais recursos para saneamento e para lixo. Dois pra lá, dois pra cá.

Existe insegurança jurídica no que diz respeito à distribuição da competência para o licenciamento ambiental nas três esferas de governo... Artigo 23 (da Constituição, segundo o qual a preservação ambiental é de responsabilidade da União, estados e municípios, mas não distribui as tarefas).

Uma interpretação leva em conta a extensão do impacto, outra, o domínio territorial. E isso está ligado à alta judicialização dos licenciamentos no Brasil. O senhor pretende resolver isso também? Vamos resolver isso em menos de dois meses. O Conama estava um pouco fora, porque passa dias votando moções. Não é concebível que o órgão máximo que formula a política ambiental do País e se reúne uma vez a cada três meses fique dias discutindo moções, cujo efeito prático é zero. É a desqualificação do órgão. Nós vamos chamar os representantes dos estados, os representantes das prefeituras, os da sociedade civil. O Conama vai voltar a legislar sobre política ambiental.

Qual critério deveria prevalecer? Deve ser pelo impacto, pelo tamanho do empreendimento. Não tem sentido ser por região. Exemplo: praia é da União. Então, na praia o Ibama licencia? Isso é loucura, o Ibama tem que licenciar siderúrgica, hidrelétrica. Não vai licenciar um quiosque porque está na praia.

O senhor acha que falta à iniciativa privada uma cultura de planejamento que integre as questões ambientais ao longo de todo o processo e não só no final? Sim. Muitas vezes, o problema está no órgão ambiental. Mas muitas vezes a empresa não investe nisso e faz um estudo ambiental vagabundo. Por que a gente conseguiu no Comperj fazer uma licença de boa qualidade em tão pouco tempo? Quando o EIA/Rima chegou, não era um ET. A gente já tinha analisado e corrigido por seis meses, por isso pôde dar a licença em outros seis. Agora, uma empresa que não invista na questão ambiental, que não contrate pessoas que valorizem a área, e façam uma EIA/Rima precário, não tem como licenciar. É vagabundo? Minha orientação é não dar a entrada, volta pra trás.



Não tenho a pretensão de mudar a cabeça dos outros ministros. Tenho de tirar o Meio Ambiente do isolamento



Em princípio, o senhor tem mais dois anos no ministério. Vai dar tempo para fazer tudo o que propõe? Não precisa selecionar as prioridades? Toda hora você tem que selecionar prioridades. Toda hora cai a agenda. Tudo o que eu disse são procedimentos que vamos tomar rapidamente. Para destravar o Ibama, já anunciamos data. É 5 de julho. Vamos apresentar uma série de medidas administrativas que reduzirão para metade o tempo de tramitação das licenças. Abrir a câmara de compensação para universidades, ONGs e a iniciativa privada, é um mês. Oficiar as empresas da Amazônia que têm que informar toda a cadeia produtiva, isso foi ontem (18 de junho). Mandar para o Congresso a Lei de Mudanças Climáticas, também já foi. Mudar a posição defensiva do Itamaraty em relação a biodiesel e etanol, foi no dia seguinte em que eu tomei posse. A moratória da soja foi assinada, e mês que vem espero assinar a dos frigoríficos e da madeira.

Em dois anos dá para fazer bastante coisa? Imagino que sim. Não tudo o que o Brasil precisa na área ambiental, mas continuar a agenda da Marina. Tenho um compromisso político de não abandonar um só dos programas. Não perdi um milímetro da relação com movimento social, movimento ambientalista, área parlamentar... Mas aumentei muito a interlocução com governadores, com outros ministérios e o setor econômico. O centro de tudo é a questão do licenciamento, a questão do zoneamento, e é, acima de tudo, diminuir atritos sem eliminar as contradições entre a proteção da vida, dos rios, dos ecossistemas, e a necessidade de desenvolvimento para o País para combater a miséria, a exclusão, a fome.

Isso é muito amplo. Como estabelecer prioridades, identificar o que é urgente? Governar é estabelecer prioridades. Em relação ao licenciamento, tenho uma agenda com a Petrobras para ver, de 500 licenciamentos, quais são prioridade. Farei o mesmo com a Vale, com o (Edison) Lobão. Aquilo que não tiver como licenciar, a gente lima logo.

O senhor é favorável ao licenciamento de Belo Monte? As questões de Belo Monte basicamente estão equacionadas do ponto de vista ambiental, assim como Santo Antônio. O que falta para Belo Monte são as questões indígenas de garantias, compensação e negociação. Não há problemas insolúveis em Belo Monte. Ao contrário.

Vou vender minha alma ao diabo por causa de uma hidrelétrica? Me inclua fora dessa

Então, a prioridade agora é a o licenciamento para esses projetos? Não. Isso é a agenda do licenciamento. Tem outras agendas. Antes de 5 de junho, eu disse ao presidente Lula: “Presidente, eu estou chegando agora, a Marina é um ícone nacional e internacional, não é nada fácil nem cômodo, ainda por cima, para um amigo e companheiro dela de 25 anos, entrar na hora em que ela joga a toalha, porque não estava conseguindo fazer o que queria. Quero saber o que vou dizer no dia 5 de junho, quando eu faço uma semana de governo.” Levei para a mesa seis unidades de conversação e consegui três. Levei cinco decretos e consegui dois, e os outros vão ser assinados no dia 10 de julho, por exemplo, um decreto que regulamenta a Lei de Crimes Ambientais, que vai ser uma revolução. Hoje em dia 5% ou 10% das multas são pagas. As pessoas conseguem embromar por quatro anos. Vai acabar essa moleza. Vai passar para três ou quatro meses. Fizemos leilões de grãos e madeira pela primeira vez. Brincaram quando eu falei do “boi pirata”, mas 3.500 bois piratas apreendidos serão leiloados. Vão virar churrasquinho para o Fome Zero.

Recentemente foi publicado um relatório de auditoria do TCU sobre órgãos federais que atuam na Amazônia. Está tudo insuficiente, não tem gente, não tem recursos, não tem integração uns com os outros. Tudo verdade.

Para o Ibama, a auditoria constatou a baixa eficiência da fiscalização e a baixa arrecadação de multas. Para o Instituto Chico Mendes, a baixa implementação de planos de manejo, a sobreposição de unidades de conservação com terras indígenas e assentamentos, além da falta de regularização fundiária. O senhor tem propostas para esses pontos? Para todos eles. Todas encaminhadas. No Rio de Janeiro, o Sérgio Cabral criou um decreto chamado guarda-parque. São bombeiros que vão ficar dentro das unidades de conservação. Estamos em processo de negociação com Tarso Genro, da Justiça, que vai concluir-se em mais 15 dias. Mais do que isso é uma eternidade, e eu sou “ecoansioso”. Vai ter um decreto nacional de guarda-parques. Vamos colocar recursos para os bombeiros estaduais e para os batalhões florestais estaduais – dinheiro dos ministérios do Meio Ambiente e da Justiça, para comprar helicóptero, carros etc. Em contrapartida, cada estado vai dar 20, 30 bombeiros para unidades do Chico Mendes. Vamos dar cursos especiais para os membros do batalhão florestal, eles vão ter também um complemento de R\$ 300, R\$ 400. A contrapartida é colocarem de 80 a 120 homens em cada estado, em ações preventivas junto com o Ibama. Reprogramamos a Operação Arco de Fogo, vamos antecipar algumas etapas, porque o desmatamento está crescendo e os próximos meses historicamente são horríveis.

O Exército vai entrar nisso? Essa apreensão do gado já contou com aviões e caminhões do Exército. A gente quer que o Exército entre mais. Mas tem coisas que dependem de três assuntos. Um é uma mexida constitucional, incluindo um tema caro às Forças Armadas, que é o conceito de soberania ambiental. Outro é dar mais recursos. E o terceiro é circunscrever que isso será feito por alguns batalhões e regimentos e não pela totalidade do Exército. Converso direto com o ministro (Nelson) Jobim sobre isso.

Qual foi o motivo da visita do governador Blairo Maggi hoje ao senhor? Tenho recebido, a pedidos, os governadores da Amazônia. Recebi ontem o governador

de Roraima (José de Anchieta Junior) e anteontem o de Rondônia (Ivo Cassol). E tenho falado diariamente com todos por telefone. Jantei na casa do ministro Mangabeira Unger. O fato de haver posições diferentes, em relação a vários pontos, não significa que você não vai dialogar. Eu me habituei ao diálogo. Aprovei 130 leis. Sou o deputado que mais aprovou leis na história do Parlamento do Rio de Janeiro. Nenhuma era nome de rua, semana da mulata, semana da velha-guarda. Eram leis sobre saneamento, educação ambiental, política de resíduos sólidos, lei contra a discriminação dos gays, ICMS cultural. Mas nenhuma foi aprovada da forma que propus. Todas foram negociadas, a maioria teve audiência pública. Aprendi que tem que negociar com pessoas que pensam diferente de você.

E qual tem sido a negociação? Um exemplo prático. Eu queria essas reservas no dia 5. O ministro Lobão disse que em uma delas poderia ter aproveitamento hidrelétrico de 200 MW, na outra, de 150 MW. Falei que estava pensando em antecipar a licença de Santo Antônio, que são 4.000 MW, mas que precisava dessas reservas para esta semana. Então a gente tem duas contas a fazer. Ou um “não, não”, ou um “sim, sim”. É pegar ou largar. Ele pegou. Vai ter Santo Antônio antes do prazo e eu tive as duas unidades que estavam bloqueadas há um ano e meio no dia que eu queria. Transformei dois “não” em dois “sim”. Isso eu faço todo dia e várias vezes por dia. É minha especialidade.

Mas aí vira um toma-lá-dá-cá? Não! O projeto de Santo Antônio pôde ser licenciado porque já foi resolvido tecnicamente lá atrás. A tecnologia de geradores bulbo reduz em mais de 80% a área alagada. Isso foi resolvido ao longo de dois anos, com toda a discussão dos bagres, todo mundo acompanhou o desgaste. Foi um trabalho maravilhoso da Marina, que ela acabou não capitalizando para se fortalecer. Graças à equipe dela, pôde-se fazer um licenciamento seguro, importante para o País não ter um apagão e com um impacto perfeitamente suportável, minimizado em mais de 80%. Barganha seria vender a alma ao diabo, ou seja, dar uma licença que não deveria ser dada naquelas condições. Isto nunca farei. Ganhei um prêmio global da ONU do Meio Ambiente, tenho uma história, participei de seis eleições, nunca perdi, nunca um inimigo meu levantou um pingo moral ou ético em 20 anos de Parlamento, agora vou vender a alma ao diabo por causa de uma hidrelétrica? Me inclua fora dessa.

O Brasil será um dos principais beneficiários de um provável mecanismo para compensar o desmatamento evitado. Qual é a sua posição em relação aos mecanismos de mercado e à criação de fundo com doações de países desenvolvidos? Sou a favor do fundo e sou a favor dos mecanismos de mercado (reportagem à página 52). Um dos pontos que levei ao presidente no dia 5 foi o Fundo Amazônia, para o qual já conseguimos uma doação da Noruega de US\$ 100 milhões por ano, durante cinco anos. Combinamos com a embaixadora da Noruega o dia em que virá aqui o primeiro-ministro, em setembro, fazer o primeiro cheque. O Lula resistiu, por causa da soberania. Acha que todo mundo vai meter o dedo, que vai dar R\$ 10 milhões e dizer o que faz e o que não faz da Amazônia. Expliquei para o presidente Lula que esse fundo era muito mais soberano que o PPG7 (Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais no Brasil), porque o órgão executor

O licenciamento de Santo Antônio foi um trabalho maravilhoso da Marina, que ela acabou não capitalizando

era multilateral. Neste Fundo Amazônia, que vamos criar em um mês, o país doador não tem assento no conselho e o órgão executor é o BNDES.

O presidente Lula entendeu? Entendeu, e assinou também

um grupo de trabalho que se reúne toda semana, do qual o BNDES faz parte. Se tudo correr bem, em 8 ou 9 de julho sai o fundo. A Alemanha vai entrar, a Suíça vai entrar, empresas privadas brasileiras vão entrar. Não pode ter dinheiro público, só de outros países ou dinheiro privado do Brasil e do exterior. A única garantia que eles têm, e vão ter isso demonstrado, é que isso serve para reconstituir as áreas degradadas ou manter a floresta em pé, o que levou ao apelido de “Fundo Viagra”.

O que o senhor acha do argumento de que o Brasil não precisa se submeter às restrições de emissões porque os países desenvolvidos poluíram mais? Minha posição é de que o Brasil devia ter metas de redução. Mas, entre a minha posição e a oficial, do Itamaraty, tem uma intermediária que estamos levando adiante. Não vou achar que sou um rapaz mimado, que vou impor a todos os setores do governo a minha posição em todos os casos. Não é assim no movimento ambientalista, não é no Parlamento, e muito menos em um governo que contém tantas forças heterogêneas.

Com a Copa de 2014 é prevista uma profusão de grandes obras com data para entrega. Isso pode aumentar a pressão sobre os órgãos licenciadores? Com certeza. Como lidar com isso? Contratando mais gente. O PAC já é um desafio brutal, a Copa é outro. Queremos Copa? Então façam bons projetos, equipem os órgãos ambientais, mais concurso, bons salários.

A Copa é oportunidade para o Brasil afirmar-se como destaque ambiental? Deverá ser realmente um bom momento. A consciência ambiental às vezes dá saltos e estamos em um desses momentos. Há 25 anos éramos chamados de profetas do Apocalipse, os exóticos, os alucinados, os doidos. Não existia Ministério do Meio Ambiente, secretarias, as empresas não tinham diretoria de meio ambiente. Agora todos os países começam a discutir muito seriamente. Nossa guerra é contra o modelo predatório que empobrece o povo e degrada o ecossistema. E podemos até 2014 estar em uma posição menos defensiva e mais protagonista.



Vitrine ou vidraça?

Ao sediar os jogos em 2014, o Brasil tem menos de seis anos para mostrar ao mundo reformas nos campos social, político, ambiental e de infraestrutura. Os treinos mal começaram |

POR **Amália Safatle** e **Carolina Derivi**

O bonequinho de braços e pernas longas que figura no cartaz das Olimpíadas de Pequim, como um ideograma vivo, ganha uma versão menos simpática. É espancado por outro boneco em uma peça publicitária da Anistia Internacional, que denuncia a falta de liberdade de expressão, em meio a tantas outras privações e políticas autoritárias pelas quais a China se torna cada vez mais conhecida e reconhecida no exterior. Com o mote “Que todos vejam o que se joga na China”, a peça era premiada em Cannes ao mesmo tempo que a tocha olímpica percorria, aprisionada e blindada, a região do massacre do Tibete. Nada mais emblemático.

BRUNO BERNARDI



É enorme a visibilidade que megaeventos esportivos dão a um país – para o bem e para o mal. Foi assim com a Coreia do Sul, a Alemanha e, agora, a China

O esporte representa a guerra, mas também a possibilidade de se praticar combates éticos sob regras claras, o jogo limpo, o reconhecimento pacífico da superioridade do vencedor. E ainda revela, por metonímia, muito da sociedade que o pratica. Junte o esporte a eventos mundiais como a Olimpíada e a Copa do Mundo, e a riqueza de significados se multiplica. No recém-lançado livro *Veneno Remédio*, o ensaísta, músico, compositor e professor de literatura José Miguel Wisnik descreve como o futebol é um rito pelo qual o Brasil se enxerga. E assim o autor adiciona um legado a outros tantos que abordam o futebol como explicação sociológica, antropológica e até geopolítica.

A menos de seis anos de sediar uma Copa do Mundo, o País tem na sua mais completa tradução a oportunidade de se enxergar, preparar, treinar, inventar táticas, pôr em campo seus trunfos. Na busca do favoritismo quando concorria à sede, o Brasil explorou sua imagem de potência ambiental, especialmente a “marca” Amazônia. Deu certo. Até então, campo de futebol não passava de unidade para medir desmatamento. Ainda hoje não há figura mais usada. Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais são traduzidos em “um campo de futebol arrasado a cada 10 segundos”. Quantos 10 segundos cabem em seis anos?

Corre o risco de a vitrine brasileira virar uma vidraça, e pior, atingida em cheio por uma bola. E a bolada não necessariamente parte de fora, como querem fazer crer as teses conspiratórias, segundo as quais o estrangeiro ameaça a soberania nacional. Na questão do desmatamento, por exemplo, o diretor-geral da Fundação Amazonas Sustentável, Virgílio Viana, escreve no artigo “Os inimigos da Amazônia estão aqui”, publicado em *O Estado de S. Paulo*, que buscar vilões estrangeiros é mais cômodo e simples do que atacar internamente os problemas, por meio de um projeto nacional consistente para a região, que combata a exploração predatória por madeireiros, pecuaristas e agricultores, regularize terras, aumente a fiscalização e crie mecanismos para valorizar a floresta viva. No placar dos gols contra, estamos bem.

Não se pode subestimar o poder da mensagem e da visibilidade dos grandes eventos esportivos da atualidade – para o bem ou para o mal. Durante as Olimpíadas de Seul, em 1988, a Coreia do Sul ganhou a pecha de país atrasado, com a campanha de Brigitte Bardot, atriz e ativista dos direitos dos animais, pelo boicote aos Jogos – uma vez que os cães integram a culinária local. Por outro lado, o evento ajudou a cunhar o termo “tigre asiático” e a promover alguma familiaridade entre os consumidores de tantos produtos *made in Korea*.



O GLOBO

Durante a construção do Maracanã, em 1950, organização era a imagem que o Brasil queria projetar ao mundo. Hoje em dia, é a de responsabilidade, diz especialista

Para a Alemanha, sempre empenhada em superar a mácula do Holocausto e o estereótipo beligerante, o atentado contra a delegação israelense nas Olimpíadas de Munique, em 1972, foi um verdadeiro desastre. A nova chance, em 2006, não foi desperdiçada. Com o bordão “Um tempo de fazer amigos”, a Copa do Mundo deu ao país a oportunidade de mostrar ao público de quase 6 bilhões de espectadores um povo pacífico e hospitaleiro. “É o tipo de visibilidade que não se pode comprar”, ressalta o consultor para grandes eventos esportivos, Craig McLatchey, durante apresentação no Salão do Turismo, em São Paulo.

A sustentabilidade é recorrentemente explorada como um trunfo brasileiro. A começar da fala de Eduardo Braga, do Amazonas, o único governador a discursar na cerimônia da Fifa, a Federação Internacional de Futebol, em que o País foi homologado como sede: “A iniciativa da Fifa de realizar uma Copa do Mundo no Brasil contribuirá para que o desenvolvimento sustentável ajude nosso povo a conservar esse insubstituível patrimônio ambiental (*Amazônia*). A Copa de 2014 será também o primeiro megaevento global que mobilizará bilhões de pessoas em torno da sustentabilidade do planeta”.

Mas, por enquanto, um Brasil radiografado pelo Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), de 2008, do IBGE, mostra preocupante desequilíbrio entre as pernas da sustentabilidade, com o que será difícil correr em campo: significativo avanço na área econômica, mas tímida melhora na área social e graves contradições na ambiental. “Na social, quase todos os sinais indicam que estamos em um caminho positivo, resta saber se na velocidade necessária. Na ambiental, o número de unidades de conservação cresce enquanto o desmatamento sobe. E, ao mesmo tempo que o País avança em biocombustíveis e energia renovável, a poluição do ar e das águas aumenta”, exemplifica Wadih Scandar Neto, coordenador-técnico e de planejamento global do IDS.

“Já na área econômica, à exceção do risco inflacionário, o País vai muito bem, obrigado”, avalia Scandar Neto. Evolução que até mereceu comentários do editor para as Américas da revista britânica *The Economist*, Michael Reid, para quem o Brasil “começa a se comportar como um país sério”. No texto intitulado “Já é amanhã no Brasil”, o editor avalia a política econômica dos últimos 15 anos e diz que o progresso se baseia em “consensos democráticos, investimento privado e controle da inflação”.

Nada melhor para esquecer o complexo de vira-latas descrito por Nelson Rodrigues, quando o Brasil construía em tempo recorde, para a Copa de 1950, o ciclópico Maracanã, alvo de elogios por uma comitiva também britânica – devidamente registrados pelas crônicas da época. Era a oportunidade de o Brasil – essencialmente agrário e com uma taxa de analfabetismo de mais de 50% – provar a si mesmo a capacidade de empreender, enquanto tinha necessidade imensa de ser reconhecido e respeitado pelos países desenvolvidos. Mas o estádio, diz Wisnik, revelou-se o Titanic Caboclo, o maior navio do mundo que afundou na primeira viagem. Na final, a euforia nacional seria apagada pelo surpreendente placar de 2 a 1 para o Uruguai, uma derrota de profundo significado na época em que as Copas do Mundo tinham forte caráter de identidade nacional e eram usadas por seus governos para fortalecimento político, já desde a década de 1930, com a ascensão do fascismo.

Naquele ano, 1950, quando os países desenvolvidos tentavam se refazer dos destroços físicos, sociais e econômicos causados pela Segunda Grande Guerra, receber uma Copa indicava para o Brasil o reconhecimento de sua capacidade de organizar. Era um momento em que o Brasil precisava também se encontrar, saber onde se posicionar no mundo dividido pelos conflitos.

“Em 50, capacidade de organização era o que se queria transparecer. No dia de hoje, mais que isso, os representantes do governo gostariam de mostrar ao mundo que este é um país responsável”, diz Fatima Martin Antunes, socióloga do Departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo e autora do livro *Com Brasileiro, Não Há Quem Possa!* Segundo ela, trata-se de responsabilidade em todos os campos, na gestão de recursos financeiros, na proteção das florestas, na capacidade em honrar dívidas – chancelada recentemente pela conquista do *investment grade*.

Entusiasmado pela nota alta concedida pelas agências de risco, pelas recentes descobertas de petróleo, pela taxa de crescimento do PIB de 5,8% – e pela esperança em vencer a Copa do Brasil como corintiano –, o presidente Lula declarou em um discurso no início de junho aquilo que, segundo Fátima, se almejava desde os idos de 1950: “O País se encontrou consigo mesmo”. Será? Na ocasião, o presidente chegou a comparar a situação da população brasileira com a da torcida corintiana, que havia recuperado o orgulho de seu time. Dias depois, o Corinthians perderia a final para o Sport do Recife.

Para a Transparência Brasil, a Copa é ótima oportunidade para desengavetar

projeto de lei de acesso à informação pública sobre execução orçamentária

Achar-se em campo

A busca de si próprio e a auto-afirmação parecem temas recorrentes na história brasileira. Wisnik, em Veneno Remédio, ao recuperar idéias de Gilberto Freyre e Caio Prado Jr., escreve que nós, brasileiros, “conseguimos a proeza de ser a um só tempo aptos e adaptados, atados e atrasados, e desencontrados de nós mesmos”, o que ganha gravidade no conturbado quadro novo que se coloca. Se na primeira metade do século a imagem do País foi construída por meio do samba e do futebol – e pelo que o crítico literário Antonio Candido chamou de “dialética da malandragem” –, nos dias atuais ela revela seu lado marginal, escancarada pelo crime organizado. Um dos poucos indicadores sociais do IDS que mostram piora é justamente o da mortalidade por homicídio, ao lado dos acidentes de trânsito, o que não deixa de ser outra forma de violência.

País violento, democracia na qual a instituição mais respeitada é a militar – segundo pesquisa de opinião –, um dos mais desiguais socialmente, com índices de educação muito inferiores aos de nações desenvolvidas, e um dos maiores emissores de carbono, principalmente por desmate ilegal de floresta tropical: esses são apenas exemplos de algumas “vidraças” que não exatamente transparecem a imagem de responsabilidade que se queira passar ao mundo.

Isso sem falar na cultura da corrupção, que no mundo dos esportes se revela na cartolagem, e que nos eventos esportivos encontra oportunidades de práticas ilícitas, como favorecimentos políticos e superfaturamentos em obras. Nem é preciso projetar-se até 2014: o Pan de 2007, no Rio, custou 793% mais que o orçado, segundo levantamento da *Folha de S.Paulo*, gerou elefantes brancos e perdeu a chance de deixar legados para a cidade, conforme se prometia – como a despoluição da Baía de Guanabara, da Lagoa Rodrigo de Freitas, e a construção do Metrô entre a Linha Vermelha e Jacarepaguá.

Uma resposta do presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Ricardo Teixeira, à reportagem de *O Globo*, pescada pelo jornalista e apresentador Juca Kfourri, é um tanto indicativa. A Teixeira foi perguntado se ele se preocupava com qualquer escândalo que possa ser associado à candidatura do Brasil à Copa. Ao que respondeu: “Não, porque não definiremos nada em termos de obras. Nossa missão é simplesmente acompanhar se os projetos estão sendo tocados. E aí, pergunto: que culpa você pode ter se por acaso o governador levou dinheiro, se houve superfaturamento? Aconteceu nos EUA, na Alemanha, é incontrolável”.

Em prol de uma organização transparente e ética, Kfourri sugere a formação de um comitê de cerca de oito brasileiros notáveis, o que promoveria maior vigilância e acompanhamento do que será feito. Partilha da mesma opinião o urbanista Jorge Wilhelm. “Não dá para entregar isso como cheque assinado em branco”, diz. “O ideal é que tivesse uma comissão não fechada nos entes esportivos, mas com representantes dos jogadores, do turismo, da indústria, entre outros.”

A comparação com países desenvolvidos é inevitável. Fabiano Angélico, coordenador da Transparência Brasil, cita o exemplo da Inglaterra, que vai sediar a Olimpíada de 2012. Lá, o National Audit Office, correspondente ao Tribunal de Contas da União (TCU), produz relatório sobre a preparação para o evento anualmente desde 2005, quando Londres foi escolhida como sede. “Aqui o TCU ainda está devendo relatórios sobre o Pan. Então chega a ser platônico imaginar que eles vão se preparar para algo que vai acontecer daqui a alguns anos.”

Para Angélico, a Copa é uma excelente oportunidade para desengavetar o projeto de lei de acesso à informação pública, que, segundo ele, dorme na Casa Civil desde 2006. “Já existem algumas ferramentas para acompanhar execução orçamentária, mas é voluntário. Se você tiver alguma dúvida e quiser uma informação adicional, o órgão pode simplesmente se recusar a fornecer.” O momento também é especial, porque a Copa acontecerá na esfera municipal, instância mais difícil de fiscalizar que os estados e a União. Somente São Paulo e Rio de Janeiro têm Tribunal de Contas. As cidades de Belo Horizonte ou Salvador, por exemplo, não têm órgão de controle nem interno nem externo.

Tática de jogo

É de se perguntar se faz sentido o argumento de Ricardo Teixeira de que a Copa terá principalmente investimentos privados – ao contrário do Pan – e isso reduziria o risco de corrupção. “Não. Ainda que a iniciativa de promover o espetáculo seja de um ente privado, quando se trata de evento de grande vulto, isso inevitavelmente tem a participação do poder público”, responde Angélico. “A preocupação, aliás, aumenta”, prossegue ele, pois “uma das principais fontes de corrupção é a dispensa de licitação. Como o evento tem uma data fixa, aí existe aquela coisa: ‘Não vai dar tempo, pula a licitação’. Isso tudo precisa ser planejado

Um comitê de cidadãos notáveis restringiria a corrupção que poderá rolar solta na preparação do evento



O que diz a Fifa Comitê que inspecionou as 18 cidades candidatas a sediar os jogos foi bem generoso

O relatório produzido pelo comitê de inspeção da Fifa, que ao longo de 2007 visitou as 18 cidades candidatas a sediar os jogos, foi bastante generoso. Mesmo em meio à crise aérea, os inspetores concluíram que o Brasil tem bons aeroportos. Sobre segurança pública, a equipe avaliou que “a percepção geral do público é pior que a realidade”, mesmo sendo essa uma preocupação em algumas cidades.

Quanto à hospedagem, São Paulo, que deve receber a partida de abertura, sai na frente com mais de 200 hotéis selecionados com capacidade para 30 mil quartos. A Fifa demanda um mínimo

de 55 mil quartos para todas as localidades. Quatro cidades tiveram sua rede hoteleira avaliada como insuficiente.

Entre os 18 estádios avaliados, 14 teriam de ser reformados e quatro novos precisariam ser construídos – em Maceió, Natal, Recife e Salvador. A infra-estrutura de transporte urbano baseada em ônibus, combinada aos projetos apresentados de expansão metroviária, foi considerada suficiente. Mas o relatório ressalva que “apenas umas poucas cidades-sede deram informação do total de verbas públicas alocadas para investimentos em infra-estrutura”.

Para Juca Kfourri, o Brasil precisa mostrar seus autênticos estádios reformados e evitar o mau uso de dinheiro público em futuros elefantes brancos

com muita antecedência, até para que os órgãos de fiscalização e controle possam mapear esse caminho”.

“No Brasil, o planejamento está ‘devagaríssimo’”, avalia José Roberto Bernasconi, presidente do Sindicato da Arquitetura e da Engenharia (Sinaenco). “Madri já está se planejando. E olha que é uma cidade candidata às Olimpíadas de 2016, nem escolhida foi ainda (concorre, entre outras, com o Rio). Eles lançaram, por exemplo, um concurso de arquitetura para apresentação de projetos. São coisas que não custam praticamente nada, e que nós também poderíamos fazer agora.”

Entre os poucos passos dados, a Associação Brasileira de Infra-Estrutura e Indústrias de Base (Abdib) fechou um convênio com o Ministério do Esporte para produzir um diagnóstico do déficit em infra-estrutura nas 18 cidades candidatas, com prazo para apresentação dos resultados em 12 meses. Outro raio X, com conclusão prevista para daqui a um ano, deverá vir da Fundação Getúlio Vargas, que assinou convênio semelhante com o Ministério do Turismo. E o Sinaenco está realizando uma bateria de seminários nas 18 cidades candidatas ao longo deste ano. Entre oito e doze cidades serão escolhidas pela Fifa em 2009. “O ideal era que todo esse diagnóstico já tivesse sido feito”, diz Ralph Terra, vice-presidente da Abdib.

Walter Feldman, secretário Municipal de Esportes, pondera que pelo menos em São Paulo o atraso não é tão grande: “O pessoal do estado vem fazendo a sua tarefa da Linha 4 do Metrô, que vai dar acesso ao Estádio do Morumbi. As questões de segurança, saúde e de hotéis estão praticamente resolvidas”, garante. Além dos investimentos no Metrô, destaca o programa de inspeção veicular, que começa a funcionar este ano, primeiro com a frota de ônibus. Segundo ele, quando todos os veículos forem submetidos à adequação, haverá redução de 30% nas emissões de poluentes de veículos na cidade.

Hora da reforma

Enquanto isso, corre o burburinho sobre a necessidade de construir estádios, em vez de reformar os existentes. Pesa sobre essa discussão a recente tragédia do Estádio da Fonte Nova, em Salvador, quando o desabamento de um pedaço da arquibancada matou sete torcedores.

Para a Copa na França, lembra Kfourri, foi construído um estádio apenas. Nos EUA, nenhum. No Brasil, segundo Kfourri, uma Copa pode revelar o gigante que acordou virando grande potência, mas precisa mostrar o que tem: seus autênticos está-



WELTON / AG. A TARDE / FOLHA IMAGEM

dios reformados, em vez de cópias da sofisticadíssima arena de Munique, que só tem a ver com Munique, não com o Brasil. “Se a organização pensar de maneira megalômana, será uma Copa para o brasileiro da Bélgica, não o da Índia, na chamada Belíndia.” O que vale tanto para o acesso aos jogos como para as transformações do lado de fora dos estádios.

Argumenta-se aqui que o Maracanã e o Morumbi não têm estacionamento, o que os inviabilizaria. Mas, segundo o jornalista, o conceito moderno é justamente evitar o excesso de veículos e de poluição no local, construir bolsões distantes onde se deixa o carro e incentivar as pessoas a ir de Metrô ou ônibus. Em recente artigo, escreveu: “Na Alemanha, era preciso andar muito a pé para chegar a suas modernas arenas. Em Londres, o novíssimo estádio do Arsenal nem estacionamento tem. O novo Wembley terá um que será a metade do que tinha no velho Wembley. Claro, Londres tem mais de 400 quilômetros de metrô, mas é nisso que precisamos pensar para 2014, e não em estacionamentos”.

A Copa de 2006, na Alemanha, é tida como paradigmática em sustentabilidade. Todos os centros de eventos e estádios contavam com estacionamento gratuito para bicicletas e houve uma campanha para incentivar a população a se deslocar de bike. Os ingressos foram vendidos juntamente com passes para o transporte público. Além disso, no Berlim Olympic Stadium foi

A favor da construção de novos estádios pesa o acidente na Fonte Nova, em Salvador

instalada a maior cisterna da Europa, com capacidade para 1,67 milhão de litros. Em Kaiserslautern, Dortmund e Nuremberg foram instaladas placas de captação de energia solar. Os estádios de Munique e Nuremberg receberam uma certificação ambiental, a Eco-Management and Audit Scheme. As bebidas nos estádios eram vendidas em copos

retornáveis. E para minimizar o enorme impacto em emissão de carbono de um evento deste porte, estimou-se a neutralização de carbono de 100 mil toneladas com recursos de patrocinadores da ordem de 1,2 milhão de euros, investidos na produção de energia “limpa” na Índia e na África do Sul.

No Brasil, a então ministra do Turismo, Marta Suplicy, em junho, prometeu investir R\$ 38 bilhões em transporte, mobilidade e acessibilidade nas cidades-sede, dos quais somente São Paulo – onde ela deve concorrer à prefeitura – absorveria R\$ 11,8 bilhões em 140,4 quilômetros de Metrô e R\$ 3,7 bilhões em 416,5 quilômetros de corredores de ônibus. De um lado, as exigências mínimas da Fifa custariam R\$ 11 bilhões, segundo a CBF. Já re-

Barcelona é considerada um modelo de inovação, graças às Olimpíadas.

Mais de 60% dos investimentos destinaram-se a melhorias em infra-estrutura



IVO GONZALEZ / AG. O GLOBO

No Rio, o Pan custou quase oito vezes mais que o orçado, e não cumpriu a agenda socioambiental prometida

portagens recentes citam estimativas extra-oficiais da ordem de R\$ 18 bilhões.

Mais importante que as cifras é usar o evento esportivo como mote para uma reforma do País, nos sentidos político, ético, social, ambiental e urbanístico. É o que se passou com Barcelona, considerada um modelo de inovação, graças às Olimpíadas.

Na cidade espanhola, 60% do orçamento de 10 bilhões de euros destinados ao evento foram para infra-estrutura e metade dele correspondeu a investimentos privados. Um dos reflexos deu-se no turismo: o número anual de visitantes internacionais dobrou para 5 milhões, equivalente ao que o Brasil inteiro recebe por ano. “Barcelona conseguiu mobilizar recursos do país todo no sentido de se refazer e se modernizar. Depois dos Jogos, é uma cidade modificada, com muitos hotéis e excelente transporte”, diz Jorge Wilhelm.

O urbanista lembra que o poder de mudança de uma Olimpíada é muito mais visível, já que o evento se concentra em uma única cidade. “Mas o efeito disseminado da Copa pode ser muito importante para as cidades-sede, suas regiões metropolitanas e ainda outros estados que não devem receber partidas, mas que gostariam de receber as delegações, como o Espírito Santo”.

Para Kfoury, por outro lado, o que se anuncia para o Brasil é desperdício de dinheiro público em novos estádios, sinônimos de elefantes brancos tão logo a Copa termine.

Prosa, poesia ou marketing?

Foi um texto do cineasta Pier Paolo Pasolini, em 1971, que capturou o interesse de Wisnik pelo futebol, conta ele em entrevista à revista *Brasil – Almanaque de Cultura Popular*, dirigida por Elifas Andreato. Pasolini dizia que o futebol pode ser jogado em prosa ou poesia. Prosa é como um discurso linear, defensivo, com triangulações para a finalização – um silogismo, raciocínio que se desenvolve e conclui no chute a gol. E que os sul-americanos, em especial os brasileiros, não jogam assim, são monstruosos atacantes e dribladores, criam espaços onde não há, por caminhos não-lineares; um jeito de ser que atingiu o ápice em 1958, especialmente pelas pernas de Garrincha. Wisnik achou a metáfora perfeita para um país encontrando os próprios caminhos, tortuosos, elípticos, mas extremamente originais. Tratava-se da afirmação de um modelo autêntico, emergente, de uma sociedade com inteligência própria e moderna, mas que viria

Na era transnacional dos clubes de futebol e da integração dos mercados,

a "várzea" é celeiro de craques e de *commodities* para países desenvolvidos



MOACYR LOPES JUNIOR / FOLHA IMAGEM

Assim como na época do "O petróleo é nosso", o fantasma da soberania emerge a ser abafada pelo conservadorismo da ditadura militar na década seguinte. O futebol-poesia também subvertia a geopolítica mundial, transformando os países subdesenvolvidos em superpotências diante dos EUA e da Ásia.

E o que o Brasil seria hoje: prosa ou poesia? Após a redemocratização, o futebol foi levado pela onda dos mercados globais, das corporações transnacionais, dos grandes contratos publicitários, da transformação dos jogadores em celebridades pela mídia. "A Copa de 1998 é a primeira em que não existe nada que não seja gratuito. Não há ninguém que não seja contratado por alguém", diz Wisnik. Sai de campo a identidade nacional, entra a globalização dos mercados, enfraquecendo as fronteiras soberanas. Não é Brasil versus França na final, é Ronaldo/Nike versus Zidane/Adidas – uma era inaugurada na Copa de 70, a primeira com transmissão mundial ao vivo pela tevê, pontapé inicial da espetacularização do evento, das marcas e dos jogadores.

"Em 2006, o Parreira me dizia que os jogadores brasileiros eram celebridades que eventualmente jogavam futebol", conta o economista Luiz Gonzaga Belluzzo. "Hoje não há hipótese de ver um jogador como vi o Zico, chorando atrás do ônibus da Seleção na Copa de 1982 (*quando perdeu para a Itália*)", relata Kfourri.

Belluzzo acredita que a Copa do Mundo hoje é um dos últimos refúgios do nacionalismo. "Em reflexo da globalização, talvez ela seja transformada em uma Copa dos Clubes, não mais das seleções", diz. Basta ver como a moçada no Brasil hoje é antenada no Real Madrid, no Milan, no Chelsea, e muito pouco na Seleção.

Faz todo o sentido no capitalismo global: são os clubes que obtêm recursos publicitários para contratar os melhores jogadores, trazidos da periferia do mundo. Na última Copa, entre os escalados apenas três brasileiros jogavam no País. Da mesma forma que a várzea é a fonte de craques para os times da Série A do Campeonato Brasileiro, o Brasil é um dos celeiros para os clubes do Primeiro Mundo, compara a socióloga Fatima Antunes. E, extrapolando a analogia, os celeiros são os países periféricos – mas potências ambientais, o que também subverte a geopolítica mundial – exportando suas riquezas naturais e sua "biocapacidade" para as nações ricas. (*leia sobre a biocapacidade dos países à pág. 46*)

Global e local

No momento em que as fronteiras políticas parecem flui-

das com a transnacionalização e a consciência dos problemas ambientais globais, algumas instâncias da sociedade brasileira recuperam o fantasma da perda de soberania. Tem sido assim com a discussão sobre a Amazônia, a exploração da biodiversidade e a reserva indígena Raposa Serra do Sol, para citar alguns exemplos – assim como na época do "O petróleo é nosso". "A Amazônia é como vidro de água benta. Todos acham que podem meter o dedo", discursou Lula no Dia Mundial do Meio Ambiente, ao deixar claro que não aceitaria palpites sobre a floresta. Nesse contexto, é compreensível a vontade de parecer responsável ao mundo, inclusive na gestão de suas florestas, como aponta Fatima.

Adrian Garda, diretor do Programa Amazônia da ONG Conservação Internacional, garante que há não pessoa séria nos círculos internacionais que questione ou desafie a soberania brasileira. "O que tem são grupos fazendo uso inescrupuloso do nacionalismo para defender seus interesses. Já a colaboração técnica e de recursos com estrangeiros pode ser muito benéfica à conservação da floresta", diz. O Brasil inclusive criará um fundo para receber doações internacionais para proteção da Amazônia e combate aos gases de efeito estufa, mediante o compromisso de atacar o desmatamento (*reportagem e entrevista às páginas 52 e 60*). Proposta à qual inicialmente o presidente Lula resistiu e foi tranquilizado pelo ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, de que não apresentava riscos à soberania (*entrevista à pág. 12*)

Até mesmo o futebol ensina que globalização não significa perda das raízes, nem da identidade local. Escreve Wisnik: "Mais do que todos os outros fenômenos de massa, o futebol é centrífugo e centrípeto: atinge as bordas mais distantes e reporta-se ciclicamente a ritos centralizados em escala regional, nacional e mundial." Em entrevista concedida à *Folha de S. Paulo*, o historiador Eric Hobsbawm afirma que o futebol sintetiza muito bem a dialética entre identidade nacional, globalização e xenofobia nos dias de hoje. "Os clubes viraram entidades transnacionais. Mas, paradoxalmente, o que faz o futebol popular continua sendo a fidelidade local de um grupo de torcedores para com uma equipe."

O Brasil da globalizada Copa de 2014 mais do que nunca precisa do apoio e participação de seus torcedores locais – cidadãos brasileiros – que não marquem gols contra, fazendo jus ao título de potência ambiental. E que não entreguem os pontos tão cedo, pois, como se diz na gíria futebolística, o jogo só acaba quando termina.

Os filisteus do século XXI

O embate entre ruralistas e ambientalistas reflete a luta entre uma velha visão de mundo, interessada em preservar e expandir lucros patrimoniais, e o resgate do ideal iluminista de civilização

Ao reassumir a cadeira no Senado, Marina Silva definiu seu relacionamento com os diferentes segmentos sociais na defesa dos temas de interesse do País como uma espécie de “aeróbica do bem” em favor de “uma nova visão civilizatória”. Algo que toca o âmago da própria existência desta revista.

O que poderia ser essa “nova visão civilizatória”? A resposta depende do que se entenda por “civilização”, termo que pode ter sentidos até antagônicos. Faça o leitor a experiência de consultar a *Wikipédia*. Verá que surge como principal referência o livro *O Choque de Civilizações*, do cientista político Samuel P. Huntington, além de dois parágrafos genéricos e uma longa lista de civilizações antigas, lendárias e fictícias.

Se procurar nesse livro o significado da palavra, verá que foi adotada uma concepção estática, inteiramente oposta à idéia de processo civilizatório, conforme sua raiz iluminista. Ora, nas Luzes o termo “civilização” acabou vencendo os concorrentes justamente por exprimir dinâmica e movimento na direção absoluta e unitária de uma civilização humana capaz de superar todos os obscurantismos pelo triunfo da razão, mesmo que aos poucos e com idas e vindas.

O problema é que se seguiram terríveis

abusos de tão bela visão, seja imediatamente após, com o imperialismo napoleônico, seja depois, com inúmeras formas de colonialismo, etnocentrismo e nacionalismo. Pior: o termo permanece bem conveniente aos que enxergam nas nações indígenas somente obstáculos ao seu próprio desenvolvimento ou progresso.

Talvez bastem essas lembranças para que se perceba o quanto as palavras ganham sentidos diferentes conforme os momentos, as circunstâncias e as conjunturas. Daí a necessidade de refletir sobre qual deles estaria embutido na “nova visão civilizatória” evocada por Marina Silva.

Tudo indica que existe hoje uma forte propensão a se resgatar o sentido original, iluminista, devido à crescente consciência da urgência em pensar no futuro da espécie humana como um todo, e não apenas no de cada sociedade ou grupo social em particular. Levar a sério o que diz o IPCC sobre o aquecimento global ou, simplesmente, tentar entender o que poderia realmente ser um “desenvolvimento sustentável” são dois imperativos categóricos a um olhar cosmopolita sobre a história universal. E também exigem que seja seriamente reconsiderada a maneira de avaliar os avanços civilizatórios.

Por exemplo, tomar a simples expansão do Produto Interno Bruto (PIB) como indicador de bom desempenho econômico equivale a acreditar piamente que a sociedade melhora porque seu consumo aumenta. No entanto, o que deveria interessar é a capacidade de se obter mais bem-estar com menos consumo. Além disso, mesmo quando vier a ser medido de outra forma, o desempenho econômico não deixará de ser apenas um meio para alcançar o progresso social, que é o que realmente conta. E, se esse progresso já requer que se produza de outra maneira, não demorará muito para que também exija que se produza menos.

Ou seja, apesar de seus 20 anos, o ideal de um desenvolvimento sustentável continua a conviver com maneiras de avaliar as sociedades adotadas no contexto das reconstruções econômicas do pós-guerra, quando só podiam ser onipotentes os objetivos de produzir mais e consumir mais. Critérios que já não correspondem à conjuntura das sociedades que progrediram, mesmo que essa ainda não seja a realidade da maior parte delas. E estas não poderão simplesmente imitar as primeiras, que ignoraram – e por isso causaram – o aquecimento global.

Davi e Golias

Não há dúvida de que um dos melhores exemplos de “choque de civilizações” é a contradição objetiva que opõe no Congresso os ruralistas aos ambientalistas. Não no sentido estático, preferido por Huntington,



de choque entre ocidentais e muçulmanos. Mas no sentido dinâmico, original, de embate entre certos interesses de grupos sociais específicos (e nem sempre legítimos) contra a ambição de que a humanidade não acelere ainda mais a sua própria extinção.

Uma luta que opõe, portanto, duas visões de mundo. De um lado, a velha, que pode ter sido inevitável até meados do século passado, mas que se tornou inteiramente mesquinha e obscurantista. De outro, a nova, que

engatinha na busca de uma ética que possa corresponder ao conhecimento científico contemporâneo, única maneira de fazer com que as luzes triunfem sobre a escuridão. É nesta que devem estar os setores modernos do agronegócio, em vez de servirem de massa de manobra aos atuais filisteus.

Infelizmente, ainda é freqüente que o atrito entre ruralistas e ambientalistas seja visto como conflito entre dois meros grupos de interesse. É porque ainda não está claro, nem sequer para os melhores comunicadores, que os mais fortes se servem das trevas para conservar e expandir lucros patrimoniais, enquanto os mais fracos tentam abrir caminho para “uma nova visão civilizatória”. Daí porque é preciso dar toda a força a Marina Silva para que ela enfrente os ruralistas e seus aliados como um Davi diante de um Golias. **P22**

Professor titular do Departamento de Economia da FEA-USP e pesquisador associado do Capability & Sustainability Centre, da Universidade de Cambridge, com apoio da Fapesp. www.zeeli.pro.br

A cadência da cidade

Com vistas a 2014, o tumultuado Largo da Batata, em São Paulo, é objeto de reurbanização para adequar a metrópole aos novos tempos. Chega o metrô, sai o camelô, em busca de praças marginais | FOTOS **Coletivo Rolê**

Considerado o primeiro bairro da história do município, Pinheiros espera desde 1995 por uma reurbanização que modifique a paisagem tomada pelos camelôs e pelo terminal de ônibus. Com a chegada do Metrô, principal obra de infra-estrutura local para a Copa de 2014, o Largo da Batata receberá também uma praça e um calçadão. O Coletivo Rolê, especializado em incursões fotográficas noturnas, registra as cenas e os personagens dessa repaginação 24 horas.



▲
Esquina da Avenida
Brigadeiro Faria Lima com
a Rua Teodoro Sampaio



▲
Terminal de ônibus que
será transferido para
as proximidades



Operários descansam sobre as armações da futura Estação Faria Lima do Metrô



Construção da linha 4 do metrô

Churrasquinho
na madrugada



Funcionário do Consórcio
Linha Amarela, do Metrô



Trabalhadores da Telefônica fazem reparos no subterrâneo



Paisagem característica do Largo da Batata nos dias de hoje: vendedores ambulantes e o terminal

A outra face da reciclagem

As ruas infestadas de lixo em Nápoles, na Itália, expõem o tamanho do problema da destinação de resíduos. Só reciclar não resolve. É preciso descartar menos e, para isso, refletir sobre o consumo

| POR **Alessandra Pereira**

Vinte e sete anos atrás, o escritor Ignácio de Loyola Brandão projetou no livro *Não Verás País Nenhum* uma visão apocalíptica do futuro, em que o lixo se acumulava em colinas habitadas por pessoas e a carência de água impunha a reciclagem da urina. O retrato permanece atual, pelo menos no Brasil: de 140 mil toneladas de lixo urbano geradas por dia, mais da metade – 53,4% – não recebe destinação adequada e vai parar nos lixões a céu aberto, segundo a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico do IBGE. É ali que labuta boa parte das 800 mil pessoas que sobrevivem do comércio de restos do consumo.



Dos resíduos sólidos gerados nas cidades brasileiras, uma parte pequena – em torno de 12% – é reciclada. Embora importante por diminuir o uso

de recursos naturais, gerar renda para uma parcela excluída da sociedade e benefícios econômicos para as empresas, a reciclagem não é suficiente para impedir o cenário sombrio antevisto por Loyola Brandão. “A reciclagem interessa a todos, sob o ponto de vista social, econômico e ambiental, e deve, sim, ser incentivada”, diz Philippe Layrargues, gerente de educação ambiental do Ministério do Meio Ambiente. “Mas sua valorização maciça deixa em segundo plano, ou mesmo suprime da reflexão, a possibilidade de reduzir o consumo, reutilizar materiais, questionar o consumismo e a diminuição planejada da vida útil de produtos.”

Se os 6,7 bilhões de habitantes do mundo consumissem como as classes A e B brasileiras, seriam necessários três planetas para repor os recursos utilizados,

Para cada tonelada de lixo do consumo, outras 25 são geradas na extração dos recursos e na industrialização

segundo a ONG ambientalista WWF Brasil. Hoje a população mundial usa em média 25% mais recursos do que a Terra é capaz de repor (*Ensaio à pág. 46*) – e não é possível reciclar planetas.

Para cada tonelada de lixo produzida pelo consumo, outras 20 são geradas na extração dos recursos para fabricação dos produtos e 5 no processo de industrialização, mostra Layrargues no artigo “O cinismo da reciclagem”, integrante do livro *Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania*. “Um bom caminho a explorar”, diz à PÁGINA 22, “é o desenvolvimento da capacidade crítica do cidadão, apoiando o potencial de reflexão sobre as necessidades reais e as criadas.” Há alternativas de consumo não-material, como o de cultura e educação, e não-mercado, como práticas de economia solidária, feiras de

trocas e comércio justo.

Diminuir o volume de lixo é um desafio e tanto, e não só para o Brasil. A Europa produz mais de 1,8 bilhão de toneladas de lixo

anualmente e tenta reduzir essa montanha com regulamentação. Os países-membros precisam cortar, até 2020, o lixo biodegradável enviado aos aterros a 35% do volume de 1995 e uma nova diretiva, em discussão no Parlamento Europeu, pretende aumentar para 50% a meta de reciclagem de papel, vidro e metais descartados pelas residências e para 70% a de materiais de construção e demolição. A ênfase é prevenir a geração de lixo. Mas, a se tomar o exemplo de Nápoles, onde o lixo se amontoa nas ruas por falta de espaço nos aterros, não vai ser fácil.

Reciclar por reciclar?

No Brasil, enquanto se avança timidamente na redução do lixo gerado e na responsabilização pelo descarte pós-consumo, não param de surgir medidas para

ampliar o uso de materiais reciclados. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou recentemente o uso do PET reciclado na fabricação de embalagens de bebidas e alimentos, como ocorre no México, EUA e Austrália. No Congresso Nacional tramita um projeto de lei que, se aprovado, obrigará as editoras a usar 30% de papel reciclado nos livros didáticos.

A resolução da Anvisa contribui para aumentar a reciclagem e diminuir o passivo ambiental, mas está longe de solucionar a questão da destinação do lixo, pondera em nota à imprensa o biólogo Marcelo Novaes, do Movimento PET Consciente. “Não adianta aprovar o uso de garrafas recicladas se não houver métodos eficientes para recolher o material e investimento contínuo por parte das empresas recicladoras em tecnologia e infra-estrutura.”

Novaes argumenta que o balanço ambiental da reciclagem do PET é negativo: “Uma garrafa não é composta apenas de resina PET, possui também tampa de polipropileno, que precisa ser separada, rótulo que contém metais pesados nas tintas, cola

que precisa ser retirada com solventes, e sua lavagem usa muita água, pois precisa estar muito limpa para ser reutilizada”. E também não haveria, segundo ele, vantagem econômica: “Com esses custos, o valor da resina virgem torna-se muito menor do que o do PET reciclado para produção de novas embalagens”.

O biólogo defende a suspensão da concessão de licenças de envase para

novas bebidas em PET até que se atinja a reciclagem de 90% do material. Cerca de 51% do PET produzido no Brasil é reciclado. O resto acaba nos aterros ou despejado nos lixões, rios e espaços públicos.

O uso compulsório de papel reciclado pelas editoras pode ter impacto econômico alto, acredita Francides Gomes, professor do Departamento de Ciências Florestais da Escola Superior de Agricultura Luiz

Uma radiografia da reciclagem

MATERIAL	ÍNDICE DE RECICLAGEM*
LATAS DE ALUMÍNIO	94%
PAPELÃO ONDULADO	77%
PNEUS	73%
PET	51%
PAPEL DE ESCRITÓRIO	47%
LATAS DE AÇO	47%
VIDRO	46%
EMBALAGENS LONGA-VIDA	24%
PLÁSTICOS	20%
ORGÂNICOS	3%

*NO BRASIL, EM 2006 - FONTE: COMPROMISSO EMPRESARIAL PARA A RECICLAGEM (CEMPRE)

Quanto custa?

	COLETA SELETIVA	COLETA REGULAR	VARIAÇÃO
BRASIL	US\$ 221	US\$ 42,90	415%
NOVA YORK	US\$ 284	US\$ 267	6%

* CUSTO MÉDIO POR TONELADA - FONTE: COMPROMISSO EMPRESARIAL PARA A RECICLAGEM E NATURAL RESOURCES DEFENSE COUNCIL

de Queiroz, da Universidade de São Paulo (Esalq-USP). “O País terá de voltar a importar aparas (*sobras de papel*)”, afirma Gomes. “Ou as aparas utilizadas na fabricação de produtos como papel higiênico terão de ser desviadas”, completa Gil Anderi, professor do Departamento de Engenharia Química da Escola Politécnica, da USP.

Em audiência pública em abril na Câmara dos Deputados, o coordenador do grupo técnico de Meio Ambiente da Associação Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa), Robinson Cannaval, reiterou que o País não possui aparas brancas em quantidade suficiente. Para atender à exigência, segundo a Bracelpa, seria preciso recuperar 250 mil toneladas de aparas a mais por ano e aumentar a produção de papel reciclado. O setor hoje recicla cerca de 3,6 milhões de toneladas de papel e 75% das fábricas reutilizam mais da metade de sua produção.

A reciclagem passou a ser incentivada nos últimos anos, apontada como exemplo de prática sustentável. De 2.002 entrevistados em pesquisa do WWF Brasil e do Ibope divulgada em junho, 25% disseram separar o lixo. Mas apenas 405 municípios, ou 7% das cidades do País, fazem a coleta seletiva – contra 327 em 2006, segundo o Compromisso Empresarial para a Reciclagem (Cempre). Mesmo com a coleta, é difícil dizer para onde vai o lixo e o WWF destaca que os entrevistados não souberam indicar a destinação dada aos materiais separados.

Repartição dos benefícios

Reciclar também se tornou economicamente mais competitivo. Em Nova York, por exemplo, ainda que reciclar papel, plástico, metal e vidro custe mais do que descartar, a diferença vem caindo. Se mantida a tendência, o grupo ambientalista Natural Resources Defense Council avalia que dentro de cinco anos a reciclagem poderá ser mais barata.

Reciclar a garrafa PET, com tampa de polipropileno e rótulo de papel, tem balanço ambiental negativo

O Brasil poderia economizar US\$ 10 bilhões ao ano com a reciclagem, nas contas de Sabetai Calderoni, presidente do Instituto Brasil Ambiente e autor do livro *Os Bilhões Perdidos no Lixo*. “Esse é o custo evitado com a manutenção de aterros sanitários e o transporte a longa distância, além da economia de energia elétrica e controles ambientais”, diz. O País chega apenas aos US\$ 2 bilhões anuais.

Calderoni prepara uma seqüência da publicação – *O Resgate dos Bilhões Perdidos no Lixo* –, para mostrar como chegar aos propalados US\$ 10 bilhões. Ele aposta na parceria entre setor público e iniciativa privada. “As prefeituras entrariam com

terreno para as centrais e as empresas, com o investimento. Além disso, as empresas se obrigariam a contratar cooperativas de catadores de materiais recicláveis para promover a inclusão social.”

Segundo dados do Cempre, materiais como latas de alumínio, papelão e plásticos PET apresentam índices de reciclagem no País equivalentes aos mais elevados do mundo (*quadro Uma radiografia da reciclagem*). Mas estão mais associados ao valor das matérias-primas e ao alto grau de pobreza e desemprego do que à educação e à conscientização ambiental da população, avalia o IBGE em seus *Indicadores de Desenvolvimento Sustentável 2008*. Em



razão disso, as latas de aço, as embalagens cartonadas, o papel e o vidro, de mais baixo valor de mercado, são muito menos reciclados do que as latas de alumínio.

O setor de reciclagem brasileiro movimenta cerca de R\$ 8 bilhões por ano, nas contas do Cempre. Os benefícios, porém, não são compartilhados igualmente. A pesquisa de Calderoni na cidade de São Paulo há dez anos apontou que a indústria abocanhava 66% dos ganhos; o restante era distribuído entre prefeitura (11%), sucateiros – intermediários que revendem às empresas – (11%) e catadores (13%). “Em termos estritamente econômicos, a reciclagem ainda se configura como um dos inúmeros mecanismos de concentração de renda”, analisa Layrargues.

Uma década se passou e ainda há 800 mil brasileiros que sobrevivem da coleta e comercialização de resíduos, segundo o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), que representa cooperativas, associações e grupos com 35 mil catadores. Um estudo de 2006 feito pelo MNCR, a ONG Pangea e a Universidade Federal da Bahia revelou que 88% dos catadores trabalham para intermediários, sem equipamentos ou ins-

Não se compartilham igualmente os ganhos e a reciclagem ainda contribui para a concentração de renda

trumentos adequados e, mesmo quando negociam diretamente com as prefeituras, não recebem remuneração justa.

“Praticar a reciclagem sustentável se mantém como um imenso desafio”, alerta a Fundação Avina, instituição que apoia iniciativas que contribuam para o desenvolvimento sustentável na América Latina. No estudo *Reciclagem Sustentável e Solidária*, a fundação aponta que os intermediários geralmente atuam na informalidade, rebaixam o preço dos produtos e, muitas vezes, pagam os catadores com alimentos ou bebidas em vez de dinheiro.

Catador-coletor

Apesar das dificuldades, a reciclagem tem potencial para se tornar um instrumento de distribuição de renda, acredita Layrargues. O MNCR sugere o investimento de R\$ 169 milhões para criar 39 mil postos de trabalho para catadores em 199 cidades, além de adquirir galpões, equipamentos e caminhões, dar competitividade às cooperativas e aumentar

a renda dos cooperados – a média nacional está por volta de R\$ 140 mensais por catador.

Apresentada em 2006 à Presidência da República, a

proposta motivou a abertura de uma linha de crédito às cooperativas pelo BNDES. A medida não é suficiente e, em razão das exigências previstas no edital, apenas 24 cooperativas tiveram acesso ao financiamento em 2007, diz o MNCR, que segue negociando com o Ministério do Trabalho e Emprego.

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Resíduos, do governo federal, promete impulsionar a coleta seletiva e a reciclagem ao prever financiamento para que 130 prefeituras ofereçam galpões de triagem às cooperativas. Mas não deve resultar na melhoria das condições socioeconômicas, na opinião do MNCR, já que a relação dos catadores com as prefeituras não costuma ser das melhores.

Uma parceria bem-sucedida ocorre em Londrina, no Paraná. “A coleta seletiva é feita quase totalmente pelos catadores, reduzindo custos para a prefeitura”, diz André Vilhena, diretor-executivo do Cempre. Na classificação feita pelo Cempre em 2008, Londrina é o município com melhor

Na metrópole, o ciclo é curto São Paulo recicla 140 das 15 mil toneladas de lixo que produz por dia

Das 15.600 toneladas de lixo geradas diariamente na cidade de São Paulo, só 140 são coletadas para reciclagem, informa o Departamento de Limpeza Urbana (Limpurb), da Secretaria Municipal de Serviços. Em todo o ano de 2007, apenas 30 mil toneladas – ou 4,9% dos resíduos passíveis de reciclagem – tiveram este destino. O resto foi para aterros sanitários e de inertes, no caso dos resíduos da construção. Teoricamente seria possível reciclar 1.920 toneladas de lixo por dia.

A Prefeitura quer aumentar a coleta seletiva para 7% nos próximos dois anos. Mas tem um bom caminho a percorrer. Os caminhões, com capacidade para transportar até 8 toneladas, muitas vezes circulam com apenas 2, afirma Weber Ciloni, diretor do Limpurb. Há pessoas que não aderiram ao programa de coleta seletiva ou desconhecem que sua rua está incluída na rota dos caminhões, segundo a Secretaria.

A coleta seletiva atende a 20% dos 11 milhões de habitantes da cidade, de acordo com o Cempre. As

concessionárias Loga e Ecurbis e as cooperativas de catadores recolhem os resíduos e encaminham para 15 Centrais de Triagem mantidas pelos cooperados, que armazenam, triam e vendem o material a indústrias de reciclagem de papel, alumínio, óleo de cozinha, isopor e PET. Os contratos da Prefeitura com as concessionárias prevêm a instalação de mais 17 centrais de triagem.

Enquanto isso, os aterros estão em ponto de esgotamento. O Bandeirante, na Zona Norte, não recebe resíduos desde março de 2007. Na Zona Leste, o Aterro São João – desativado desde agosto do ano passado, quando uma montanha de lixo equivalente a um prédio de 40 andares desmoronou – deve ser fechado, segundo plano aprovado em junho pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente. Fora dos aterros da Prefeitura, o lixo se acumula em aterros particulares, pelas ruas e terrenos baldios, especialmente na periferia, dando o alerta: quando não é possível reduzir, faz sentido reciclar.

desempenho no quesito recolhimento seletivo de lixo, feito de porta em porta. E referência no custo da coleta, o menor do País: US\$ 21,76 por tonelada.

Mitos ambientais

A proteção do meio ambiente está por trás dos principais argumentos em defesa da reciclagem, mas muitos se baseiam em informações dúbias, sustenta Daniel K. Benjamin, do Center for Free Market Environmentalism. Na publicação *Eight Great Myths of Recycling*, de 2003, Benjamin, ex-assessor do presidente americano Ronald Reagan, desmonta a tese de que reciclar é sempre benéfico ao meio ambiente.

A Agência de Proteção Ambiental dos EUA encontrou cinco substâncias tóxicas específicas à fabricação de papel de fibras virgens e oito à de papel reciclado. Foram detectadas 12 comuns a ambos os processos, porém uma esteve presente em altos níveis somente na produção de papel reciclado. Resultados similares apareceram quanto ao aço e ao alumínio. A literatura recente sobre a análise do ciclo de vida dos produtos – que mede o impacto ambiental desde a obtenção dos recursos naturais até o descarte dos resíduos – revela que a reciclagem pode tanto diminuir quanto aumentar a poluição, afirma Benjamin.

O chorume nos aterros vem dos restos orgânicos, que somam 60% do lixo coletado. Só 3% são compostados

Uma revisão de cerca de 80 estudos internacionais sobre reciclagem de papel conduzida por Francides Gomes, da Esalq, mostra que a prática pode ser prejudicial quando os resíduos são transformados em papel branco. A produção de papel reciclado branco gera seis vezes mais efluentes do que a de papel virgem e gasta mais energia elétrica. Gomes atribui os impactos à etapa de destintamento – remoção de resíduos de tinta do papel –, inexistente na fabricação à base de fibras virgens. A alternativa com menor impacto, diz, é transformar papel de escritório em embalagem. “Mas deve-se pensar na coleta, já que mais da metade do papel de escritório no Brasil



Em São Paulo, alguns setores produtivos serão obrigados a recomprar parte das embalagens depois do uso pelos consumidores

não circula como apara, vai para o lixo.”

Geraldo Ferreira, gerente-geral no Brasil da APP, uma das maiores fabricantes mundiais de papel e celulose, atenua as críticas. “Hoje os níveis de contaminação por efluentes gerados na produção de papel estão muito abaixo do permitido pelas legislações ambientais do Brasil e de outros países.” A empresa acaba de lançar no mercado nacional uma linha de papéis reciclados brancos, importados da Indonésia, com certificação do Programme for the Endorsement of Forest Certification Schemes para a cadeia de custódia, que atesta a procedência das aparas.

Não há estudos públicos de análise do ciclo de vida dos produtos feitos no Brasil que demonstrem os impactos da reciclagem. Os que existem foram encomendados pelas indústrias, que mantêm os resultados guardados a sete chaves. Outro fator obscuro é o impacto dos resíduos industriais. “O volume de resíduos de construção civil e de demolição é 50% maior do que o de lixo domiciliar”, diz Calderoni. “Esse elo da cadeia não recebe a devida atenção”, endossa Layrargues.

Os resíduos orgânicos dão volume não só ao lixo, mas ao problema da destinação de resíduos como um todo. Quase “invisíveis”, somam cerca de 60% do peso do lixo coletado no Brasil, mas só 3% são reciclados. A decomposição da matéria orgânica nos aterros dá origem ao chorume, que contamina lençóis freáticos e emite gases de efeito estufa. Entretanto, reduzir o descarte e melhorar a compostagem – os restos de alimentos, de podas de jardins e quintais transformam-se em adubo – não são prioridade nas políticas públicas de resíduos sólidos, alerta Vilhena, do Cempre.

A parte que te cabe

Além de tudo, o País engatinha na responsabilização pelos resíduos de produtos

e serviços. “Empresas tendem a privatizar lucros e socializar perdas”, diz Calderoni. “Na Alemanha, as fábricas de automóveis mudaram o processo nos anos 90 após serem obrigadas a se preocupar com o destino dos resíduos pós-consumo.”

Por aqui, surgem iniciativas pontuais. A Prefeitura de São Paulo regulamentou em maio a Lei nº 13.316, que estabelece a responsabilidade de produtores e distribuidores de bebidas, óleos combustíveis, cosméticos e higiene e limpeza pela destinação final ambientalmente adequada de garrafas e embalagens plásticas usadas na comercialização.

A lei determina a recompra de parte das embalagens depois do uso pelos consumidores. As empresas têm um ano para se adaptar. Na esfera federal, um projeto similar tramita na Câmara.

A Associação Brasileira de Embalagens (Abre) defende que a indústria recicladora – e não o fabricante – recompre o material descartado de cooperativas de catadores, diz Luciana Pellegrino, diretora-executiva da Abre. Para minimizar a geração de resíduos, o setor reduziu o peso específico ou volume da embalagem.

O impasse sobre a quem recai a responsabilidade pode ser creditado à ausência de uma política nacional de resíduos, apesar de um projeto que há 17 anos se arrasta pelo Congresso. O que comprova que uma parte cabe ao cidadão.

Em vez de reciclar mais produtos, é importante reciclar de forma consciente. O cidadão responsável não é o que escolhe produtos recicláveis, ou que se engaja nos programas de reciclagem, defende Layrargues. “Mas o que cobra do mercado que pare de oferecer produtos com vida útil curta e o que exige do governo a implementação de políticas públicas que destruam os mecanismos perversos de concentração de renda.”

P22

Desenvolvimento, mentiras e videoteipe

O debate estreito sobre entraves ignora que a biocapacidade é o trunfo do Brasil em um mundo em que são poucos os credores ambientais

Na seara econômica, vive-se euforia. O Brasil alcançou o sonhado *investment grade* – indicador da capacidade de empresas e países de arcar com obrigações financeiras. O comércio vai de vento em popa – de grãos para alimentar rebanhos a minério que movimenta indústrias, o País beneficia-se da *extravaganza* chinesa. Planeja-se a volta das grandes obras, usinas hidrelétricas, portos e rodovias – grande parte na Região Norte.

Do lado ambiental, o País perdeu um emblema com a saída de Marina Silva do Ministério. Flexibilizam-se regras para punir os que desmatam, pretende-se reduzir a exigência de conservação de áreas naturais em propriedades particulares e as licenças ambientais devem fluir. Reduz-se o debate à visão simplista que tem no meio ambiente o principal entrave ao desenvolvimento.

Ignora-se que, em nome da competitividade do parque produtivo nacional, o Brasil exporta água, solo, energia e biodiversidade – sua biocapacidade ou capital natural – de

graça ou às custas de subsídios pagos pela população. Esquece-se de que não há *investment grade* que garanta a perenidade dos recursos e serviços ambientais que sustentam a população e a economia.

Nessa conversa entre surdos e mudos, o pensamento econômico tradicional prevalece. Em uma tentativa de realmente comunicar, este Ensaio usa a linguagem econômica vigente para alertar para a urgência de centrar-se no que interessa no debate sobre o meio ambiente.

Cheque especial

Desde criança aprendemos que, se gastamos mais do que ganhamos, mas pretendemos manter o padrão de consumo, temos que recorrer à poupança, ou pedir emprestado, para fazer frente ao “déficit orçamentário” que resulta. Tal conceito vale para um indivíduo, uma família, e para as nações. Sabemos também que, se muito usados, a poupança e o crédito acabam. Mas,

quando o assunto é natureza, a dificuldade de indivíduos, famílias e nações compreenderem o mesmo conceito é imensa.

Não por falta de formas de mensuração. Reconhecida como a mais robusta ferramenta para avaliação de impactos ambientais, a pegada ecológica mede a área, em termos de solo e água, necessária para produzir os recursos que indivíduos, famílias e nações consomem e absorver os resíduos que geram, considerando-se a tecnologia disponível.

A sustentabilidade ecológica do planeta é dada pela capacidade da natureza, ou biocapacidade, de atender a tal demanda. Quando recursos são consumidos em ritmo mais rápido do que produzidos ou renovados, o estoque diminui até o esgotamento.

Da mesma forma que o Produto Interno Bruto (PIB) mede, com base no consumo de bens e serviços, o valor econômico “adicionado” pelo homem e suas tecnologias às matérias-primas ao longo das cadeias produtivas – por exemplo, desde a extração do minério de ferro até sua transformação em partes de automóvel –, a pegada ecológica contabiliza o consumo de recursos e serviços naturais pelas atividades humanas.

A demanda global por recursos naturais ultrapassou a capacidade de oferta da Terra no fim dos anos 80, de acordo com a Global Footprint Network, uma ONG que trabalha para tornar a métrica da pegada ecológica

tão proeminente quanto o PIB. O limite da oferta é determinado pela capacidade de regeneração de recursos e serviços naturais – nunca é demais lembrar que temos apenas um planeta à disposição para obter recursos e depositar resíduos.

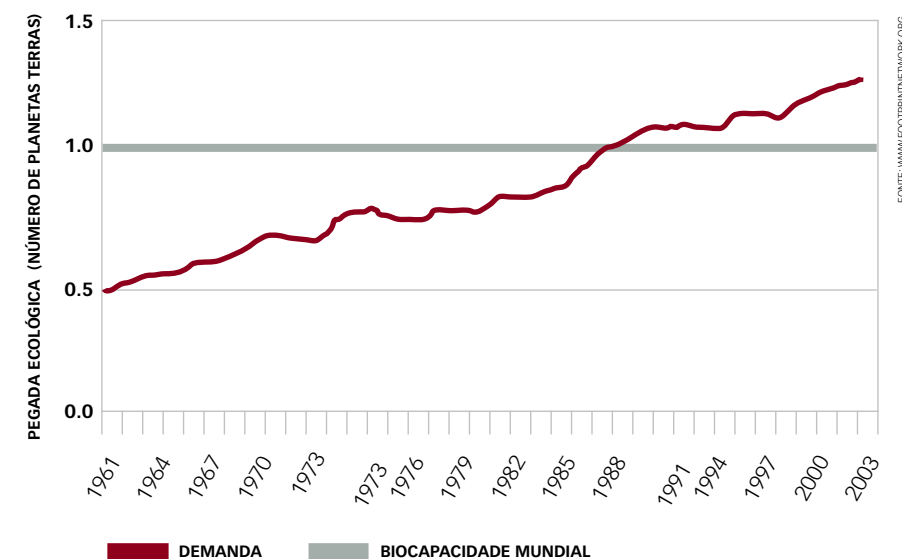
Em 2003, consumíamos 23% além do que a biocapacidade do planeta oferece. Ou seja, entramos no cheque especial. Como não há outro planeta para pedir emprestado,

para manter o padrão de consumo a saída é recorrer à poupança de recursos e serviços ambientais – graças às diferenças no ritmo e na qualidade do desenvolvimento, alguns países têm superávit, enquanto outros há tempos estão em débito com a natureza.

Os países são sofisticadíssimos na arte de contabilizar valores econômicos adicionados nas contas nacionais, isentando ou taxando determinados segmentos em

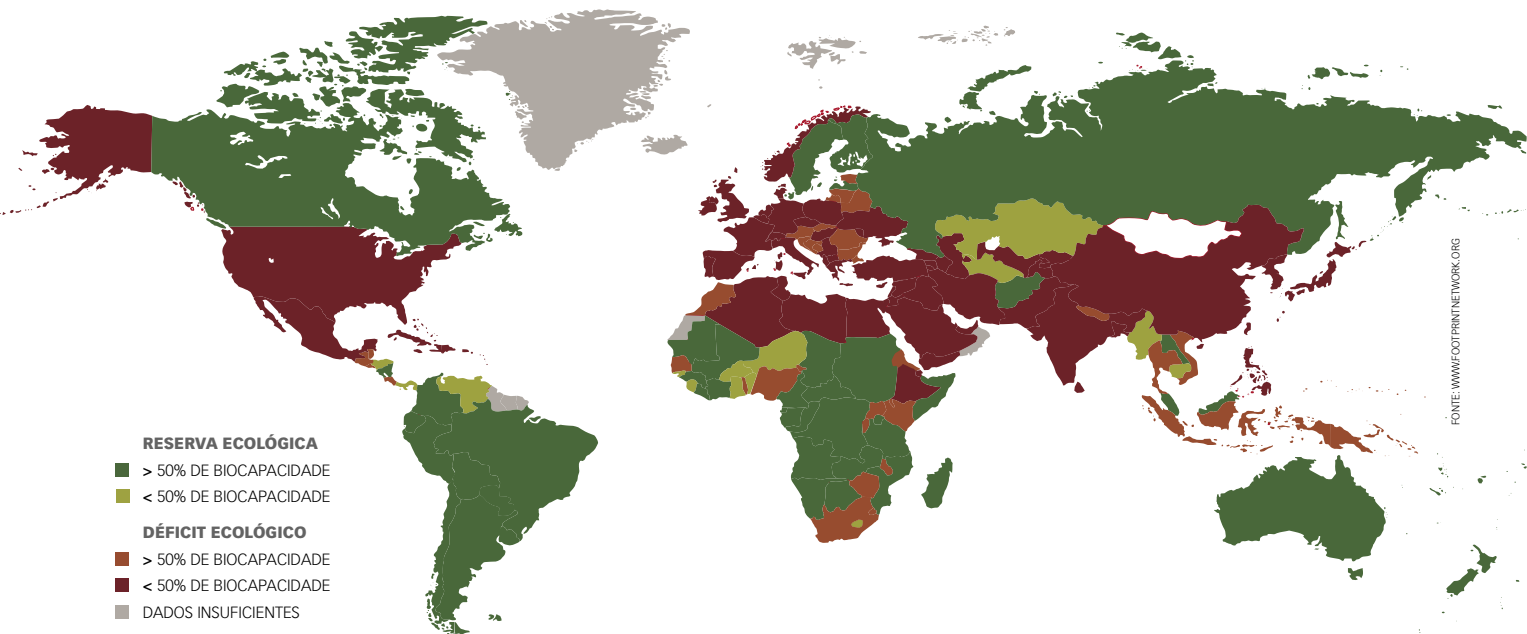
O valor é adicionado

O limite da oferta de recursos naturais – e da economia – equivale ao planeta



Quem tem pão, quem não tem tira

Os devedores ambientais utilizam recursos e serviços de outros locais para manter a afluência de seu consumo



nome de políticas industriais e do princípio da competitividade comercial. Esquecem-se de contabilizar, entretanto, a biocapacidade necessária para que se possa adicionar valor na produção de bens e serviços a serem consumidos e exportados.

A pegada ecológica de uma nação é composta da demanda por recursos e serviços ambientais para dar conta da produção interna, mais as importações. Ao subtraírem-se as exportações, chega-se à pegada ecológica do consumo aparente. Valor que, dividido pela população, é igual à pegada de consumo *per capita*.

O país conta com uma reserva ecológica – ou seja, é um credor ambiental – quando sua pegada é menor do que sua biocapacidade. De outra maneira, trata-se de um devedor ambiental. Graças ao comércio internacional, países devedores “financiam” seus déficits ecológicos ao importar a biocapacidade estocada além de suas fronteiras – caso da China, da Índia e da maioria dos países desenvolvidos.

Na média, o consumo de um habitante da América do Norte – EUA e Canadá – demanda o equivalente a 9,5 hectares globais,

enquanto um cidadão que vive em um de 25 países da União Européia consome cerca de 5 hectares globais, segundo a National Footprint Accounts, um sistema que calcula a pegada e a biocapacidade de 150 nações. Contudo, se considerarmos a população mundial de 6,3 bilhões de pessoas e aproximadamente 11,2 bilhões de hectares de superfícies biologicamente produtivas – em valores de 2003 –, a biocapacidade disponível é de 1,8 hectare global *per capita*.

Sem credor não há devedor

É falacioso, portanto, o argumento de que países desenvolvidos conservam de forma mais adequada os recursos naturais. Tal noção pode ser verdadeira quanto ao meio ambiente interno às suas fronteiras, mas perde o sentido em um mundo economicamente conectado em que as nações recorrem à biocapacidade de outros locais para manter a afluência de seu consumo.

Do ponto de vista econômico, a dívida ecológica é resultado de um problema distributivo com duas faces. De um lado, os países em desenvolvimento não incluem no preço das exportações de produtos

não-industriais ou de baixa tecnologia a compensação pelos impactos ambientais gerados na produção. De outro, os países desenvolvidos utilizam-se do espaço físico e dos serviços ambientais do planeta de forma desproporcional, não pagam pela utilização desses ativos, e desconsideram o direito das demais populações a tais recursos e serviços.

No caso brasileiro, a biocapacidade *per capita* é muito maior do que a pegada ecológica, mas decrescente ao longo do tempo graças ao aumento contínuo da população; à degradação de ecossistemas devido a mudanças no uso do solo, poluição de rios e outros efeitos das atividades humanas; e à exportação de biocapacidade na forma de minerais, solo, água, energia e biodiversidade. O decréscimo da pegada na agricultura, fruto do aumento da produtividade e de novas tecnologias, não compensa o aumento da pegada com a conversão de áreas de floresta em pastagens e a emissão de CO₂.

A China apresenta o reverso da moeda: a biocapacidade *per capita* já não dá conta do consumo de recursos naturais, em especial da demanda por combustíveis fósseis.

Poupar, poupar

No Alasca, a receita do petróleo beneficia economicamente gerações presentes e futuras

Um pedaço da biocapacidade brasileira pode acabar em um fundo financeiro, resultado das receitas com a venda de petróleo que, por enquanto, descansa sob grossa crosta de sal no fundo do oceano. De acordo com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, as descobertas da Petrobras podem gerar receitas de até US\$ 300 bilhões. Se o plano vingar, o dinheiro iria para um fundo soberano nos moldes do fundo chileno que abriga as receitas do cobre, principal commodity de exportação do país. Ao comprar dólares e mantê-los no fundo – hospedado no exterior –, o governo chileno reduz a pressão de apreciação de sua moeda.

A idéia de fundos para as receitas do petróleo – recurso não renovável, cujo pico de produção global é objeto de intensa discussão entre acadêmicos e analistas – não é nova. O primeiro foi criado em 1953 no Kuwait. Hoje, existem duas dezenas, com ativos beirando os US\$ 2 trilhões. O Fundo de Pensão do Governo da Noruega incorporou, em 2006, o que até então era um fundo dedicado às receitas do petróleo, criando uma das maiores potências financeiras do mundo, com US\$ 340 bilhões em ativos. “O fundo é um instrumento para garantir que uma parte razoável da riqueza gerada

pelo petróleo beneficie as gerações futuras”, segundo as diretrizes do fundo. “É uma obrigação ética das presentes gerações administrá-la para que gere retorno sólido”. São proibidos investimentos que causem violações de direitos humanos ou danos ambientais severos.

No Alasca, as presentes gerações levam para casa um naco da riqueza gerada com a extração e venda de petróleo. O Alaska Permanent Fund, criado em 1976, paga dividendo anual aos residentes do estado. A idéia de seus criadores era transformar um recurso não-renovável em ativo que cresce perpetuamente e gera renda a partir de sua gestão. Os fundos da Noruega e do Alasca são reconhecidos pela transparência e pela ausência de ingerência política.

Mantega não mencionou as futuras gerações ou a biocapacidade, esteio dos recursos destinados ao fundo. O retorno do investimento das receitas do petróleo, segundo o ministro, serviriam para incentivar os compradores de exportações brasileiras ou empresas nacionais no exterior. Se a equação ambiental fosse levada em conta, parte poderia ser destinada a ações de conservação e desenvolvimento limpo. – por Flávia Pardini

Enxergar o meio ambiente como entrave ao desenvolvimento é desconsiderar os recursos naturais e os serviços ambientais como suporte à economia mundial e, antes disso, à experiência humana na Terra. Se há incompatibilidade entre desenvolvimento – que nem de longe significa só crescimento econômico – e práticas de conservação do

meio ambiente, a causa encontra-se no campo econômico, e não no ambiental.

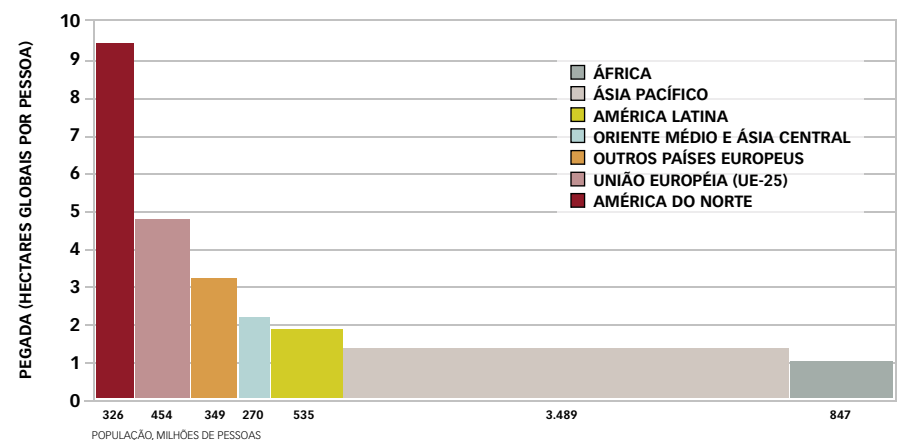
O exame da pegada ecológica dos países reforça a idéia de que, mantidos o atual acervo de tecnologias e as matrizes de insumos, o padrão de afluência de alguns não poderá ser estendido a todos. Uma solução global requer que os indivíduos revisitem

seu consumo, questionando necessidades e preferindo qualidade à quantidade; que se invista em inovação na busca de soluções para produzir riqueza com pegada ecológica decrescente; e que se contabilizem os custos ambientais ao longo das cadeias de valor que atendem às necessidades humanas.

No Brasil, além disso, é urgente que o debate saia das conjunturas do dia-a-dia e centre-se nas questões estratégicas de longo prazo. Se os custos da perda do capital natural não forem incorporados nas contas nacionais e nas funções de custo, é de se perguntar até quando poderemos contar com a biocapacidade que herdamos e, principalmente, se conseguiremos deixá-la como legado para os que virão. Em um mundo em que os recursos e serviços ambientais necessários à manutenção do bem-estar estão concentrados nos países em desenvolvimento, ela é o verdadeiro trunfo econômico do Brasil. P22

O tamanho de cada pé

Em um mundo conectado, alguns extrapolam a biocapacidade que lhes cabe



* coordenador do GVces
** coordenador do programa de Produção Sustentável, Empreendedorismo e Cadeias de Valor do GVces

Comércio Justo S.A.

O fair trade chega ao mercado convencional e esquentando a discussão sobre se será capaz de transformar o *mainstream* ou acabará cooptado

O comércio justo caiu, literalmente, na boca do povo. Hoje, as rosquinhas servidas nas quase 6 mil lojas da rede Dunkin' Donuts nos EUA vêm acompanhadas de café colhido em propriedades familiares da América Central que chega aos consumidores com um mínimo de intermediação. O mesmo ocorre nos McDonald's na Grã-Bretanha, que oferecem café certificado pela organização ambientalista Rainforest Alliance. Unilever, Nestlé e Procter & Gamble passaram a comprar produtos do comércio justo, embora, verdade seja dita, em escala minúscula diante do total de seus negócios.

Essas multinacionais abrem suas portas e carteiras para pequenos agricultores, que, geralmente, mal conseguem vender para lojas das capitais de seus países. Eles conquistaram um lugar nesses mercados sofisticados graças à prática que busca eliminar intermediários e subverter as regras convencionais do mercado. A ideia do comércio justo é dar a produtores marginalizados a possibilidade de alcançar a auto-suficiência econômica. Para se qualificar, eles têm de cumprir uma longa lista de regras, que vão do controle do uso de agrotóxicos

e a conservação do solo à proibição do uso do trabalho infantil.

Há algumas evidências de que os dois lados ganham com a parceria. O McDonald's britânico anunciou no ano passado, meses depois de se converter ao comércio justo, que suas vendas de café haviam aumentado 15%. Para os produtores há vantagens que compensam os altos custos da certificação. Aqueles que usam os padrões da Fairtrade Labelling Organizations (FLO), que congrega certificadoras e redes de produtores, deveriam receber US\$ 0,10 a mais por quilo vendido em comparação com o valor pago aos agricultores convencionais – o montante dobra se o produto for orgânico.

As certificadoras, aliás, são as grandes responsáveis pela invasão no mercado convencional, pois foram elas que criaram uma identidade facilmente reconhecível pelo consumidor em qualquer ponto-de-venda. A associação com multinacionais – cooptação, dirão alguns – explica o crescimento expressivo da venda de alguns produtos, entre os quais o café reina absoluto.

O comércio justo movimentou cerca de US\$ 3,6 bilhões no ano passado em todo o mundo. Isso representa um crescimento de mais de 100% em apenas dois anos, pelos cálculos da FLO. Entre 1998 e 2007, o volume de café certificado importado pelos Estados Unidos saltou de 34,5 para 30 mil toneladas, segundo a Transfair USA, certificador americana de comércio justo. A propósito, hoje o Brasil responde por pouco

menos de 10% do café certificado importado pelos americanos. O Peru, sozinho, vende 28%. Mas esta é outra história.

Casamento de interesses

Será que misturar multinacionais e comércio justo faz sentido, que não o financeiro? Afinal, aquelas visam o lucro, enquanto este foi criado para subverter a lógica capitalista de mercado e combater os atravessadores.

O casamento de interesses entre grandes corporações e pequenos produtores até recentemente indefesos tem um quê perturbador, até mesmo para alguns defensores do comércio justo. É o caso de Dean Cycon, proprietário da Dean's Beans, pequena torrefadora americana que emprega grãos 100% orgânicos e originários do comércio justo.

Ele é o inimigo número 1 das empresas

que abraçam a causa de forma superficial. Chegou a publicar um anúncio criticando Paul Newman porque a marca de alimentos orgânicos do ator comprava café de uma torrefadora que também trabalha com grãos convencionais. No site de sua empresa, que fatura na casa dos US\$ 3 milhões anuais, Dean alerta: "Os grandes delegaram o comércio justo aos seus departamentos de marketing. Então, em vez de pagarem a todos os agricultores um salário digno, porque isso é ético e bom para os negócios a longo prazo, limitam o comércio justo a apenas mais uma opção no seu cardápio".

A Transfair USA contra-argumenta no seu site que a disponibilidade desses produtos em qualquer parte, não apenas em lojas especializadas, "dá a uma maior gama de consumidores a possibilidade de fazer parte desse movimento".

Mas é justamente esta tendência que

gera tensão interna e impõe ao movimento um realinhamento de sua visão e práticas, concluem Laura Reynolds e Douglas Murray, da Universidade do Colorado, e John Wilkinson, professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro no livro *Fair Trade: The Challenges of Transforming Globalization*.

Se o comércio justo vai mudar o sistema ou integrar-se a ele ainda é uma incógnita. Agora é torcer para que seus ideais não sejam descartados com a borra do coador. **P22**

.....
*Jornalista especializada em meio ambiente





I 00473753 G

Floresta a quilo

Os esforços para evitar emissões do desmatamento começam a ganhar valor no mercado voluntário de carbono e carregam a promessa de benefícios socioambientais, mas o cenário é mais complexo nas negociações internacionais para criação de um mecanismo regulado

POR **Flavia Pardini**

SERIES
1995

Robert E. Rubin

9

Secretary of the Treasury.

ONE DOLLAR

FW C 297

1

O desmatamento representa de 15% a 20% das emissões globais e as florestas contribuem para absorver gases de efeito estufa

Em dezembro de 2007 comemorou-se a entrada definitiva do desmatamento nas negociações para o regime climático que a partir de 2012 deve substituir o Protocolo de Kyoto. A redução da participação das florestas tropicais nas emissões de gases de efeito estufa faz sentido, não só por trazer para a ação os países do bloco dos “em desenvolvimento” – que, ao contrário dos desenvolvidos, não possuem meta de redução –, mas pela promessa de benefícios adicionais para comunidades e biodiversidade. Apesar disso, há desafios técnicos sobre como implementar o mecanismo batizado de Redd (Reduced Emissions from Deforestation and Degradation), além de discordância sobre como deve funcionar. A pedra no caminho é a mesma do restante do debate sobre as mudanças climáticas: o problema é global, a solução, não.

O ritmo vagaroso e as dificuldades nas negociações

não impedem, entretanto, que os mercados voluntários esquentem os motores. Em fevereiro, a Merrill Lynch anunciou seu envolvimento com um projeto de redução de emissões de desmatamento na Indonésia. Em março, um grupo de investidores britânicos fechou acordo com a Guiana para, em troca de arcar com parte dos custos de manutenção da reserva de Iwokrama, receber um percentual dos lucros que, espera-se, serão gerados pelos serviços ambientais.

Em abril, a rede de hotéis Marriott tornou público um acordo com o Estado do Amazonas para adquirir créditos de carbono gerados com ações de conservação na Reserva do Juma. Em junho, o governo de Madagascar anunciou entendimento com a Makira Carbon Company para comercializar créditos de redução de emissões por desmatamento. Considerado modelo, o Projeto de Ação Climática Noel Kempff, na Bolívia, gera créditos para seus financiadores: três empresas de energia e o governo boliviano.

Embora muitos projetos estejam em fase inicial, o mercado começa a se organizar. A Chicago Climate Exchange, um sistema de comercialização voluntário, aceita projetos de desmatamento. O Banco Mundial lançou o Forest Carbon Partnership Facility para apoiar os planos dos governos nacionais e testar projetos. Espera-se que os esquemas de negociação de emissões a serem estabelecidos nos EUA e na Austrália incluam créditos oriundos de redução de emissões de desmatamento. Enquanto isso, o Brasil anuncia a criação, em julho, de um fundo para receber doações de nações desenvolvidas – a primeira virá da Noruega (entrevista à pág. 12).

Multiplicar benefícios

Ao evitar o desmatamento com o objetivo de reduzir emissões, é possível favorecer a biodiversidade – plantas e animais que habitam as florestas – e as comunidades locais, ao pagar para que prefiram manter a floresta em vez de fazer outro uso da terra. No mercado voluntário, a multiplicação de benefícios é bom negócio: gera ganho de imagem e reputação para quem compra os créditos e preço mais alto para quem desenvolve os projetos.

Para demonstrar que os benefícios existem, os projetos buscam certificação por padrões como os da Climate, Community and Biodiversity Alliance (CCBA), uma aliança de ONGs e empresas privadas. Dos cinco projetos validados pela CCBA, um tem um

componente de Redd – o da Indonésia. Os demais são projetos de reflorestamento e recuperação florestal. Segundo Joanna Durbin, diretora da CCBA, cerca de 90 projetos indicaram que pretendem buscar a certificação, dos quais 40% possuem elementos de Redd, entre eles o do Amazonas.

São poucos os projetos que geram créditos e, no momento, a demanda é maior do que a oferta. “Os compradores se dispõem a pagar prêmio de 1 a 3 dólares por tonelada de carbono, bastante se comparado ao preço médio de 6 a 7 dólares (*no mercado voluntário*)”, diz Joanna. Ela acredita o interesse em múltiplos benefícios a esforços de responsabilidade corporativa e à tentativa das empresas de evitar riscos à reputação com investimentos que causem danos socioambientais.

Desenhados para projetos florestais, os padrões da CCBA certificam os benefícios socioambientais, entretanto não possuem diretrizes para calcular e monitorar a redução de emissões por desmatamento. É possível usar como guia os padrões do Voluntary Carbon Standard e as diretrizes do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC), mas, no geral, falta metodologia de referência para os projetos de Redd.

“Ninguém sabe se eles serão bem-sucedidos, estão em fase de teste”, diz Charlotte Streck, diretora da consultoria holandesa Climate Focus e fundadora do *think tank* Avoided Deforestation Partners. “Mas este trabalho é muito importante para que se tenha uma melhor compreensão do que estamos fazendo.”

Por que as florestas

As incertezas técnicas contribuíram para deixar as florestas de fora do Protocolo de Kyoto, apesar de sua importância para os esforços de redução de emissões. Segundo o IPCC, o desmatamento contribui com 15% a 20% das emissões totais de gases de efeito estufa. Globalmente, fica atrás apenas do setor de energia.

De outro lado, os ecossistemas terrestres absorvem cerca de 30% das emissões oriundas da queima de combustíveis fósseis e do desmatamento, e as florestas contribuem de forma importante, sustentam Josep Canadell e Michael Raupach, do Global Carbon Project, no artigo “Managing forests for climate change mitigation”, publicado na revista *Science* em junho. Segundo os pesquisadores, os 4 bilhões de hectares de ecossistemas florestais – 30% da área terrestre do globo – estocam o equivalente a duas vezes a quantidade de carbono na atmosfera.

Embora haja outras formas de mitigação por meio



das florestas – reflorestamento; aumento da densidade de carbono de florestas existentes; e expansão do uso de produtos florestais que substituam, de maneira sustentável, a queima de combustíveis fósseis –, os pesquisadores apontam a redução das emissões decorrentes de desmatamento e degradação como a de maior potencial para “contribuir de maneira custo-efetiva” para a proteção do clima.

Para calcular custos, é preciso considerar os usos alternativos que poderiam ser dados à terra. “Desmatamento pode ser definido como conversão, a pressão sobre a terra para fins agrícolas”, diz Sven Wunder, economista do Center for International Forestry Research (Cifor). Em estudo recente, em parceria com Jan Börner, ele comparou o custo de oportunidade do Redd – quanto seria necessário desembolsar para evitar outros usos do solo – no Amazonas e em Mato Grosso. Concluiu que, com os preços atuais do carbono, cessar o desmatamento em quase todo o Amazonas e em dois terços das propriedades de Mato Grosso cadastradas pelo governo estadual custaria de US\$ 330 milhões a US\$ 1 bilhão. O resultado seria a redução das emissões de 360 milhões de toneladas em dez anos.

Os cálculos variam de acordo com premissas e métodos. O Woods Hole Research Center estima que

Muitos países estão interessados no Redd como um elemento para um acordo pós-Kyoto e não em proteger as florestas, diz consultora

o preço de evitar a emissão de 6,3 bilhões de toneladas de carbono na Amazônia brasileira, ao longo de 30 anos, seria de US\$ 8,2 bilhões. O Relatório Stern indicou que evitar emissões do desmatamento no Brasil custaria entre US\$ 1,2 bilhão e US\$ 1,7 bilhão. Apesar das divergências, diz Wunder, os números mostram que o Redd, sob o atual preço do carbono, é competitivo em relação a outros usos da terra.

A redução do desmatamento em 10% globalmente poderia gerar financiamento por meio do mercado de carbono de US\$ 2,2 bilhões a US\$ 13,5 bilhões por ano, estimam Johannes Ebeling e Mai Yasué, em artigo publicado em fevereiro na *Philosophical Transactions of the Royal Society B*. Os valores excedem, e muito, o atual nível de financiamento para a proteção florestal e da biodiversidade em países em desenvolvimento.

Segundas intenções

Apesar dos sinais no mercado voluntário e da farta literatura sobre custos e benefícios, um mercado regulado de créditos de carbono gerados com a redução de

emissões do desmatamento depende do entendimento entre países desenvolvidos e em desenvolvimento e entre as nações detentoras de floresta tropical.

“De um lado é muito encorajador, temos linguagem mais concreta em relação ao Redd do que em qualquer outra coisa (nas negociações) pós-Kyoto. Há uma decisão, um caminho a seguir, apoio às atividades-piloto”, diz Charlotte Streck. De outro lado, há o risco de, na pressa, criar um mecanismo que não funcione. “Suspeito que um número razoável de países está interessado no Redd como um elemento dentro de um acordo pós-Kyoto, em vez de em proteger as florestas em si. Há vários motivos secundários que os fazem avançar em um acordo sobre Redd.”

As florestas entraram nas discussões na 11ª Conferência das Partes (COP) da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (UNFCCC, na sigla em inglês), em 2005, com uma proposta de Papua Nova Guiné e da Costa Rica. Na COP 13, em Bali em 2007, decidiu-se que o tema seria tratado dentro da Convenção e espera-se um acordo na 15ª edição



Cada país, uma cabeça

A análise das principais propostas submetidas à UNFCCC mostra as divergências sobre como reduzir o desmatamento

PAÍS(ES) PROPONENTE(S)	ESCALA (NACIONAL/ SUBNACIONAL)	LINHAS DE BASE	MERCADO/ NÃO-MERCADO	DEGRADAÇÃO OU SÓ DESMATAMENTO (REDD OU RED)	OUTROS PONTOS RELEVANTES
COSTA RICA	SUBNACIONAL COMO PASSO PARA ATINGIR ESCALA NACIONAL	HISTÓRICA, COM AJUSTES SOCIOECONÔMICOS**	MERCADO	REDD	COMPENSAÇÃO POR ESFORÇOS DE REDUÇÃO DO DESMATAMENTO FEITOS NO PASSADO
GABÃO (CAMARÕES, REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA, CONGO, GUINÉ EQUATORIAL, GABÃO)	AMBAS	PROJETADA*	FUNDO	REDD	
ÍNDIA	-	-	-	REDD + CONSERVAÇÃO	INCENTIVOS PARA MELHORIAS NOS ESTOQUES FLORESTAIS DE CARBONO + MANEJO FLORESTAL SUSTENTÁVEL
INDONÉSIA	AMBAS	HISTÓRICA + PROJETADA*	-	REDD	FORTE NECESSIDADE DE CAPACITAÇÃO
PARAGUAI + GRUPO DE PAÍSES DA AMÉRICA LATINA	SUBNACIONAL COMO PASSO PARA ATINGIR ESCALA NACIONAL	HISTÓRICA + PROJETADA*	-	REDD	PROPOSTA DE NESTED APPROACH (NACIONAL + SUBNACIONAL)
UNIÃO EUROPEIA	SUBNACIONAL COMO PASSO PARA ATINGIR ESCALA NACIONAL	HISTÓRICA	TODOS OS ESFORÇOS SÃO BEM-VINDOS	REDD	AVALIAR EFEITOS NA BIODIVERSIDADE E COMUNIDADES LOCAIS E TRADICIONAIS
EUA	-	INCERTEZAS EM AMBAS	-	RED E MUDANÇA PROGRESSIVA PARA REDD	CAPACITAÇÃO, TRABALHO METODOLÓGICO E NECESSIDADE DE MAIS DISCUSSÃO
AUSTRÁLIA	NACIONAL	HISTÓRICA, COM CORREÇÕES E AJUSTES SOCIOECONÔMICOS**	MERCADO	REDD (A DEPENDER DE METODOLOGIAS PARA MONITORAR A DEGRADAÇÃO)	MAXIMIZAR OS BENEFÍCIOS PARA A BIODIVERSIDADE E COMUNIDADES TRADICIONAIS DA FLORESTA
COALIZÃO DOS PAÍSES COM FLORESTA TROPICAL	NACIONAL E/OU SUBNACIONAL	HISTÓRICA, COM AJUSTES SOCIOECONÔMICOS**	MERCADO, MAS CONSIDERA OPÇÕES NÃO-MERCADO	REDD	
BRASIL***	NACIONAL	HISTÓRICA	NÃO-MERCADO	RED	

FONTE: MARIANO CENAMO, COMUNICAÇÃO PESSOAL (2008)
 * A PARTIR DE MODELOS DE PROJEÇÃO DO DESMATAMENTO, CALCULADOS COM BASE EM TAXAS HISTÓRICAS E DRIVERS REGIONAIS QUE INFLUENCIAM O DESMATAMENTO, COMO A CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS, O CRESCIMENTO POPULACIONAL, A DEMANDA POR ALIMENTOS, A APTIDÃO AGRÍCOLA DE TERRAS ETC.
 ** NECESSÁRIOS PARA AJUSTAR A LINHA DE BASE EM PAÍSES COM TAXAS HISTÓRICAS DE DESMATAMENTO BAIXAS OU NULAS, MAS QUE PROVAVELMENTE TERÃO UM CRESCIMENTO NO FUTURO DEVIDO À PRESSÃO POR ABERTURA DE NOVAS ÁREAS PARA A AGRICULTURA, EXPLORAÇÃO MADEIREIRA ETC.
 *** O BRASIL NÃO APRESENTOU SUBMISSÃO ÀS REUNIÕES DO SBSTA 28 (2008), PORTANTO, A ANÁLISE FOI FEITA COM BASE NA SUBMISSÃO DE 2007 (SB 26) E NAS POSIÇÕES DE NEGOCIAÇÃO APRESENTADAS DURANTE O SB 28.

da COP, em 2009 em Copenhague, junto com um entendimento para a redução global de emissões.

“As negociações vêm caminhando aos poucos, não tão rápido quanto o desmatamento”, afirma Marcelo Rocha, pesquisador da USP que coordenou uma das mesas-redondas ligadas ao tema de “Uso da Terra, Mudanças no Uso da Terra e Florestas” na reunião dos órgãos técnicos da Convenção em junho, em Bonn. A questão florestal, segundo Rocha, é importante para os países com metas de redução, porque eles podem usar as florestas para diminuir o quanto precisam cortar no consumo de petróleo e outros combustíveis fósseis. Seja por meio das próprias florestas – com manejo florestal ou reflorestamento –, seja de créditos gerados em países tropicais.

Mas há também as segundas intenções apontadas por Charlotte Streck, em especial no caso da União Européia (UE). “Trazer a China e a Índia para um acordo pós-Kyoto é uma prioridade para a UE. Eles não seriam capazes de tirar um compromisso destes países com o Redd, mas acho que querem desenvolver um modelo que possa depois ser aplicado a outros setores, industriais e de energia”, afirma a consultora.

Os países em desenvolvimento rejeitam metas para diminuir suas emissões, citando o princípio das “responsabilidades comuns, porém diferenciadas” que

orienta a Convenção. Embora a China tenha assumido a liderança global das emissões, o acúmulo de gases de efeito estufa na atmosfera decorre, em boa parte, de dois séculos de atividade industrial e consumo nas nações desenvolvidas. Quanto a florestas, a China tem posição confortável: graças ao reflorestamento, no ano 2000, o setor florestal compensou 21% das emissões chinesas.

Os EUA, à espera do presidente a ser eleito em novembro, continuam fora das negociações. “É evidente a precaução da UE em assumir metas ambiciosas enquanto os EUA não se posicionam”, diz Mariano Cenamo, secretário-executivo do Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (Idesam), que participou das reuniões em Bonn. Segundo ele, a delegação brasileira não gostaria de ver evolução na pauta de Redd sem que haja avanço no estabelecimento de metas mais duras para os países desenvolvidos.

Enquanto alguns, especialmente Papua Nova Guiné e países africanos, consideram vantajoso levantar recursos no mercado de carbono para o setor florestal, outros esperam compensação por esforços passados, caso da Índia. Em meio à diversidade de posições, o Brasil destaca-se por rejeitar mecanismos de mercado e defender que esforços para evitar o desmatamento

sejam apoiados por doações a fundos voluntários a serem geridos pelos governos nacionais de países detentores de floresta tropical.

“Se nosso esforço for usado para que continue havendo emissões em outros lugares, a temperatura do planeta sobe e nós perdemos a Amazônia, porque a floresta seca, e perdemos a agricultura no sul do Brasil”, diz Tasso Azevedo, diretor do Serviço Florestal (*entrevista à pág. 60*). “É uma conta estúpida para o Brasil.”

Tem dono?

Até agora, as negociações parecem ter englobado pelo menos um elemento da posição brasileira: o mecanismo deverá abarcar nações inteiras em vez de financiar projetos. Isso resolve parcialmente o problema de vazamento, ou *leakage*: como impedir que, ao proteger a floresta em um local, o desmatamento ocorra mais ferozmente em outros locais. Sob um esquema nacional, os vazamentos estariam cobertos, uma vez que cada país seria responsável pela redução do desmatamento em seu território.

“Ao mesmo tempo, não faz sentido, porque o vazamento independe das fronteiras nacionais, as pessoas podem facilmente ir do Peru à Bolívia, por exemplo”, diz Charlotte Streck. “A única maneira de enfrentar



Se emissões evitadas do desmatamento se tornarem *commodity*, os benefícios ao desenvolvimento sustentável podem ficar em segundo plano

completamente os vazamentos é ter um sistema global.” Como não há, a segunda melhor solução seria tornar o monitoramento condição para que projetos ou países recebam crédito pelas emissões evitadas.

Não há consenso sobre outros pontos importantes, como a linha de base a ser usada para medir as reduções, além de garantias de que elas serão permanentes (*tabela à pág. 56*). A linha de base corresponde ao desmatamento que ocorreria sem o mecanismo de Redd. Até agora, as negociações pendem para linhas de base nacionais construídas a partir da média histórica de desmatamento. “Essa abordagem favoreceria os países com altas taxas históricas de desmatamento, por exemplo, Brasil e Equador”, escrevem Ebeling e Yasué. Em contraste, nações que mantiveram ampla cobertura florestal, como Guiana e Suriname, e abaixaram ou reverteram a tendência de desflorestamento, como Chile e Costa Rica, ganhariam muito pouco.

O resultado é um incentivo perverso, dizem analistas, que beneficiaria quem mais desmatou, em vez de compensar os que se esforçaram para conservar. A contradição se repete internamente aos países, pois a

idéia é pagar para que se deixe de converter a floresta em pasto ou plantação. Ou seja, os receptores do benefício nem sempre seriam os “guardiães” da floresta, mas justamente os hoje vistos como “vilões”.

Além disso, há a questão da legalidade. “Alguns proprietários de terras ainda têm reservas legais intactas, então, pode-se certamente pagar a eles”, diz Sven Wunder. “Mas o que fazer em relação às pessoas que desconsideraram a reserva legal? Talvez se possa oferecer incentivos para restabelecer sua legalidade, mas é preciso cuidar para não criar incentivo perverso.”

Isso sem falar na problemática fundiária. “Se os direitos de propriedade não estão claros e você não sabe quem é o dono da floresta, a quem vai pagar?”, questiona Luca Tacconi, da Australian National University, que estuda a relação entre esquemas de pagamentos por serviços ambientais e meios de subsistência.

O Estado do Amazonas resolveu parcialmente o problema com a criação da Fundação Amazônia Sustentável (FAS), instituição de direito privado que recebeu a titularidade dos produtos e serviços ambientais das Unidades de Conservação (UCs) estaduais

e comercializará os créditos de Redd. “Os recursos arrecadados têm de ser investidos nas UCs”, afirma Virgílio Viana, diretor da FAS.

A solução talvez não seja tão simples em grande parte da Amazônia e em outros países onde conflitos fundiários são a norma. Para Roberto Waack, presidente do conselho internacional do Forest Stewardship Council, se o mercado de Redd deslançar, a Amazônia corre o risco de assistir a uma nova modalidade de especulação fundiária, desta vez com a floresta em pé. Ele teme um processo de desagregação cultural e social na região caso as comunidades locais fiquem à margem da nova economia da floresta.

As populações tradicionais manifestaram-se contra o mecanismo e protestaram por não terem sido consultadas no processo de elaboração do fundo do Banco Mundial. “Os esquemas para evitar o desmatamento podem ser uma ameaça às comunidades tradicionais se algum outro receber o direito das áreas que ocupam”, diz Tacconi. “Quando um esquema pode trazer dinheiro, atores externos tentam tomar o controle das áreas que podem gerar renda.”

Regularizar a situação fundiária, desenvolver políticas de conservação, aprovar legislação, fortalecer a fiscalização, garantir a repartição de benefícios, gerar capacidade técnica para medir e monitorar

emissões – esses são apenas alguns dos desafios aos governos centrais. “No momento, parece que, se os países tiverem um pouco mais de dinheiro, vão parar o desmatamento”, diz Charlotte Streck. “É uma ilusão, é preciso muito mais do que dar dinheiro aos governos.” Ela defende o chamado *nested approach*, em que as esferas regional e local têm garantias de acesso ao financiamento.

A decisão, no fim, é sobre como usar a terra, lembra Joanna Durbin. “Pode-se produzir soja ou redução de emissões e biodiversidade. É uma maneira de manejar a terra para produzir uma *commodity* que, por acaso, tem potencial de apoiar outros serviços ambientais”, diz. Mas, no momento em que a redução de emissões se torna *commodity*, mudam as regras do jogo. “Os recursos fluiriam para os países mais competitivos em termos de preço e capacidade de implementar os esquemas”, alerta Tacconi, lembrando que, no caso do MDL, o principal beneficiário foi a China, com projetos de captura de HFC-23. Da mesma forma, os benefícios para o desenvolvimento sustentável podem ficar em segundo plano no caso do Redd.

Para Sven Wunder, é melhor não sobrecarregar o mecanismo com muitos objetivos. “Já será suficientemente difícil fazer um bom trabalho em cessar o desmatamento.”

P22



Mudança de raciocínio

Com o Fundo Amazônia, o Brasil espera obter recursos para reduzir as emissões do desmatamento em grande escala. Sem gerar créditos de carbono, o mecanismo evita que outros países usem o esforço nacional para continuar emitindo, diz o diretor do Serviço Florestal

POR **Amália Safatle e Carolina Derivi**

O governo anunciou a criação de um fundo para reduzir as emissões do desmatamento. Como vai funcionar? A ideia é criar um mecanismo com o qual se possa transformar a redução que já houve no desmatamento em incentivo para continuar. É diferente de todas as outras iniciativas nessa área no mundo, que são baseadas em projetos. Faço um projeto e prometo que não vou desmatar a área do parque, que vou ficar lá 20 anos. Achamos que é uma estratégia que não resolve.

Por quê? Um exemplo: em Rondônia ou em Mato Grosso, onde o desmatamento corre solto, eu pego áreas indígenas sem desmatamento, e digo: “Aqui não vai ter desmatamento”. Arrumo o dinheiro para manter a área e em volta está tudo sendo detonado. Um país não pode propor isso. É o equivalente a dizer, a cada vez que se descobre uma reserva de petróleo, que não vai ser explorada. Vocês me paguem porque não vou explorar, não vou emitir. Não funciona, porque não trata das emissões que estão acontecendo. Estamos propondo um mecanismo novo, que diz: “Temos a média de desmatamento dos últimos dez anos. Reduzimos o desmatamento em relação a essa média?” Efetivamente, em relação à média, nós reduzimos as emissões. Para fazer isso, depende do raciocínio de que importa menos a precisão e mais a segurança. Como a literatura fala em 120 a 350 toneladas de carbono (*estocadas*) por hectare na Amazônia, usamos 100. Não precisa medir, porque se sabe que em qualquer lugar da Amazônia tem pelo menos 100. E qualquer redução seguramente foi muito maior do que o que estou projetando. Vamos buscar recursos para o fundo com base na redução que acabou de acontecer.

Gera crédito de carbono para quem faz a doação? Não gera crédito de carbono, nenhum uso para quem faz a doação. A única coisa que vai poder dizer é que contribuiu para o esforço de redução, mas não tem mecanismo de crédito nem hoje nem para o futuro.

Por quê? “Crédito” significa que alguém vai se achar no direito de continuar emitindo, porque está reduzindo o efeito. Não faz sentido, mesmo porque a quantidade é gigantesca – no primeiro ano do fundo, são 200 milhões de toneladas de carbono. É o dobro do mercado voluntário no mundo. Não é mais a escala de projetinho, plantar árvore aqui e desmatar ali. Ao gerar créditos, cria-se a oportunidade para que as emissões continuem aumentando no mundo. O problema é bastante simples: se nosso esforço de redução das emissões for usado para que continue havendo emissões em outros lugares, a temperatura do planeta sobe e nós perdemos a Amazônia, porque ela seca. E perdemos a agricultura no Sul do Brasil. É uma conta estúpida para o Brasil. Não interessa que a redução seja apropriada na forma de crédito por outros países, porque isso gera um risco futuro. Para nós, a hipótese pior é: “Ninguém quer ajudar, vamos ter de fazer sozinhos”. Propusemos isso três anos atrás como exercício teórico, e depois, em Bali, transformamos em proposta para mostrar que dá para fazer. Primeiro: tratar da Amazônia como um todo. Em alguns lugares, o desmatamento vai aumentar, em outros, vai cair, mas o que importa é poder dizer que, no conjunto, caiu. Posso afirmar que em 2006 – em relação à média dos últimos dez anos – reduzimos 200 milhões de toneladas de CO₂, no mínimo. Não posso dizer quem foi o responsável, diminuiu aqui ou ali. Ninguém consegue provar isso, teria que provar

que é odiado, dizer: “Vou desmatar, mas se tem incentivo, então não vou desmatar”. Porque, se não fosse desmatar mesmo, não mereceria o incentivo. É assim que funciona o mecanismo: um indígena lá na Cabeça do Cachorro, que não desmata, em tese, não é um risco, portanto não deve receber. O cara que planta soja em Mato Grosso, e desmata, é alto risco. Então a conta é: eu deveria pagar a ele o equivalente ao que ganha com a soja? É um raciocínio demente, premia quem demonstra que é do mal. O raciocínio que estamos fazendo é: o que importa é a conta para o conjunto, para que se possa ter recursos e aplicar da forma mais eficiente para continuar a redução.

Como se prova que se evitou desmatamento? O desmatamento foi tal na média. Se desmatei menos, diminuí a emissão. “Desmatamento evitado” não existe, é impossível provar. Agora, “emissões evitadas” eu posso dizer. “Emiti tanto, deixei de emitir tanto”. Vamos solicitar doações só quando tivermos redução. Se emitir mais do que a média, no ano seguinte tem que descontar. São duas frentes: a primeira é demonstrar os resultados e aí obter o apoio; a segunda é mostrar que a escala do problema é muito maior do que o que se pensa. O Banco Mundial, no seu programa de redução de carbono, está procurando US\$ 400 milhões. O Brasil, sozinho, vai investir US\$ 500 milhões em quatro anos. Precisamos de mais US\$ 1 bilhão por ano, mas não de intermediários. Os recursos só precisam passar pelo Banco Mundial quando você precisa fazer projetinho, apresentar, para ele poder dizer: “Acho que você vai cumprir o projeto, eu monitoro, 7% de caixa de administração, consulto uns órgãos internacionais.” Não precisa disso.

Como vão ser geridos os recursos? O BNDES tem várias linhas não-reembolsáveis, esta é uma delas. Os recursos vão para o BNDES e serão geridos por meio de um comitê que inclui os estados da Amazônia, o governo federal e a sociedade civil – empresas, ONGs, movimentos sociais, academia –, 25 pessoas. O comitê gestor define a forma melhor de reduzir o desmatamento, por exemplo, pagando por serviços ambientais, contribuindo com o *endowment* do Arpa (*Programa Áreas Protegidas da Amazônia*). O banco seleciona os projetos com base nas diretrizes do comitê. Vão existir outras duas estruturas, uma auditoria independente para garantir que os recursos sejam aplicados nas oito linhas definidas, com relatórios públicos; e um comitê científico, que todo ano avalia o número definido de redução das emissões, que é a taxa de desmatamento x 1 tonelada de carbono. Os dados serão checados por um painel de seis cientistas – estrangeiros e brasileiros. A ideia é dar credibilidade aos números.

Como a metodologia é vista pelos possíveis contribuidores? Há quem defenda que os países em desenvolvimento assumam metas de redução, e o que se propõe é trabalhar com a média de dez anos. Ninguém questionou. Na verdade, estamos propondo a coisa mais agressiva. Com metas, os países se propõem a reduzir 5%, 12%, 20% das emissões em 50 anos. Estamos falando de uma redução de desmatamento, nos últimos três anos, de 60%. Mesmo este ano, com crescimento, se comparado à média, é uma redução de 30%. Se fôssemos usar metas como as dos países industrializados, poderiam ser muito bem comunicadas, mas ridículas

na prática. Propusemos uma coisa mais agressiva: tira a média de dez anos e usa por cinco anos, e aí revisa. A primeira média vai de 1996 a 2005, quando se aprovou a ideia do mecanismo em Montreal, e ficou em 1,95 milhão de hectares. Quanto menos desmatamento, mais recurso vai para o fundo. Ao fazer isso, puxamos a média para baixo. Daqui a alguns anos, talvez a média seja 12 mil quilômetros quadrados, e, para ter recursos, temos que baixar muito mais o desmatamento. Dentro de 15 a 20 anos o fundo perderia a razão de ser, porque a média ficaria muito baixa. Não é a meta que define como você chega lá, mas o instrumento de incentivo.

Quando será lançado o fundo? Quem participa? Até setembro, no máximo. A Noruega vai entrar. No primeiro ano, vamos buscar US\$ 1 bilhão, ou 200 milhões de toneladas. A cada tonelada, buscamos contribuição de US\$ 5. Se não conseguirmos US\$ 1 bilhão, não precisa discutir incentivo nem meta, porque não existe o recurso. Se a condição for “só vai ter recurso se tiver crédito (*de carbono*)”, então ninguém é honesto com suas intenções, porque a Convenção do Clima prevê metas para os países desenvolvidos e compromissos voluntários para os em desenvolvimento. Se os desenvolvidos só aceitam com crédito, não aceitam o que está na Convenção. Sem sinais claros de que vai ter incentivo, jamais haverá compromisso dos países em desenvolvimento, porque é óbvio que vamos arcar com os custos sozinhos e com o risco de perder nossos ativos porque os outros não diminuíram as emissões. Nossa iniciativa tem um cunho político. Não estamos dizendo: “Dê-me 1 bilhão para reduzir no futuro”. Mas sim: “Estamos fazendo a lição de casa. Cadê os incentivos para continuar? Ajude a dividir os custos”. Enquanto a França deu 10 milhões para o fundo do Banco Mundial, a Alemanha deu 5 milhões aqui, 15 ali, a Noruega disse: “Vamos destinar US\$ 600 milhões por ano”. Eles não querem crédito, pela regra deles não pode. Além de alcançar as metas internas, eles se sentem responsáveis pelo petróleo que exportam, portanto, parcialmente responsáveis pelas emissões de outros países. O dinheiro sai do fundo do petróleo exportado.

Metas podem ser bem comunicadas, mas ridículas na prática. É o instrumento de incentivo que garante a redução de emissões

Quais são os outros países que têm interesse? Virou uma situação vexatória. Como falar em 5 milhões para o fundo do Banco Mundial,

quando o potencial receptor está, ele mesmo, investindo US\$ 500 milhões e outros países colocando US\$ 100 milhões? Hoje ninguém fala de menos de 100 milhões. A Alemanha anunciou 500 milhões; o Japão, 2,5 bilhões, para iniciar; o Reino Unido, 2,5 bilhões; a Austrália, 600 milhões. Mudou o patamar. Colocamos o seguinte mecanismo dentro do fundo: podemos usar até 20% para apoiar outros países tropicais a reduzir suas emissões de desmatamento. Além de fazer a lição de casa, vamos transferir tecnologia, sistema de mapeamento.

Sem doação, o Brasil não tem condições de combater o desmatamento? Já estamos combatendo o desmatamento.

Então, por que precisa do incentivo? Porque tem um custo altíssimo para fazer.

Não temos dinheiro para isso? Não é questão de ter dinheiro ou não. O Brasil não tem a obrigação, mas o esforço gera benefício para a comunidade internacional. A Convenção prevê que a comunidade deve apoiar e incentivar. O Brasil tem renda *per capita* e uma economia proporcionalmente muito menores que outros países, que se beneficiaram de emissões que fizeram no passado. O Brasil está fazendo soberanamente, mas não é suficiente, precisa de muito mais. Proteger a floresta com as pessoas que estão lá custa caro, é preciso garantir que elas possam viver com a floresta em pé. Para subsidiar isso, o recurso vai sair de setores que competem com os outros países. Significa que o Brasil assume isso em todos os seus setores e incorre em um custo muito maior do que os outros países. É importante que a gente divida a conta.

Quem são outros parceiros? Cabe a eles dizer publicamente. Estamos discutindo com várias empresas, conglomerados nacionais e internacionais. Você pega uma empresa de aviação... é tudo marginal agora, questão do motor ser mais ou menos eficiente. Se alguém quer contribuir, pensa: “Preciso ajudar alguém a reduzir muito as emissões para eu ganhar tempo e fazer a transição no futuro”. Tem que trabalhar em escala grande: 20, 30 milhões de toneladas por ano. Esse projeto é uma das poucas coisas – talvez a única – que tem escala e não é promessa, está acontecendo hoje.

O Brasil está fazendo soberanamente, mas o subsídio sai de setores que competem com outros países. É preciso dividir a conta

Para as empresas também não envolve crédito de carbono? Nada de crédito. Parte das empresas acredita que é sua contribuição ao mundo, vai garantir que no futuro tenham mercado. Quando aboliram a escravatura, havia os que diziam: “Os assalariados são o futuro dos nossos produtos”. É o mesmo com empresas que acreditam que, se houver uma tragédia climática global, vai resultar em catástrofe econômica e quebra todo mundo. Então, envolver-se para que não haja catástrofe é importante.

Como o fundo pode ser de longo prazo, se o governo muda daqui a dois anos? Vai ser criado institucionalmente, dentro do BNDES, e se perpetuar como o Fundo Nacional do Meio Ambiente. Não é uma coisa para este governo, é um instrumento. Tem prazo, regulamentação, um conselho gestor. O que se sabe é que o fundo tem fim. Se atingirmos o objetivo, ele acaba. Ele deve arrecadar, ao longo de 15, 20 anos, em torno de US\$ 20 bilhões. Os investimentos vão ser de dois tipos. Um, são os estruturantes, que geram ações de longo prazo – como o de contribuir para o *endowment* do Arpa, daqui a 50 anos o dinheiro vai estar lá e gerando frutos. Pode-se gerar um *endowment* de monitoramento. E outros vão ser de uso corrente, por exemplo, apoio às ações no campo, movimentações de helicóptero, aeronaves que precisamos para atuar.

Basicamente no bioma amazônico? Ou a cobertura é maior? Nos cinco primeiros anos é referente à Amazônia, depois será transferido para todo o Brasil. Não vamos fazer no Brasil inteiro agora porque não temos instrumentos suficientes de monitoramento da cobertura florestal no Cerrado e na Caatinga.

Inclui degradação? Se você quiser parar toda a discussão, é só trabalhar a degradação. Uma coisa é falar que o desmatamento é 01, é binário. Boto um valor, consigo trabalhar. Para trabalhar a degradação, tenho de inventar um método de calcular. Tem floresta que é degradada, não é desmatada, mas como a degradação é, em geral, parte do processo de desmatamento, quando conto o desmatamento, foi a degradação junto.

O Serviço Florestal participa do projeto do Amazonas? É o oposto do que estamos propondo. O Amazonas quer pagar pela floresta inteira, o que é absolutamente justo, estamos bolando um sistema para fazer isso em nível federal. Mas não tem nada a ver com carbono. Decidiu que vai pagar xis reais por mês a quem mantém a floresta em pé. Tem um programa, o Bolsa Floresta. Ele pegou um recurso, alocou em um fundo e, para captar outros, diz: “Estou protegendo a floresta, se tiver mecanismo para pagar pela conservação da floresta, estoque de carbono, quero receber”. Não garante que vai reduzir emissões. É pagamento por serviços ambientais. Outra coisa é o processo com a rede de hotéis Marriott, que vai dar US\$ 2 milhões para eles dizerem que vão conservar. Não tem nada de carbono, mas não deixa de ser importante. Um dia, quando o desmatamento terminar, vou ter 300, 400 milhões de hectares de floresta para cuidar, vou ter que criar mecanismos para permitir, a longo prazo, ter a floresta em pé como algo valioso, que gera produtos. É o que é preciso para a Costa Rica, que já estabilizou a perda de florestas, talvez para a Índia. Queremos que eles conservem a biodiversidade, a água, todos os serviços. Se quisermos dar valor a isso, é preciso pagar.

Sustentabilidade (0) X Crescimento (5)

Os cientistas deram o alerta: não é o planeta que está ameaçado, mas nossa espécie. O modelo mental dos últimos 50 anos, baseado no crescimento eterno – considerado possível graças à tecnologia e necessário ao bem-estar –, faz com que sejamos capazes de produzir em 1 ano o que levávamos 100 anos no século XIX. O materialismo, diz Lester Brown, cresce 6 vezes mais rápido do que o número de pessoas, causando desastres sociais e ambientais. Eis que surge a sustentabilidade para resolvê-los, mas sem mudar o ponto de partida.

Teorias econômicas falsas aderiram a esse modelo mental com propostas cegas e incompletas. É urgente avaliar os resultados socioambientais obtidos. Se vier, tal avaliação terá 40 anos de atraso, uma vez que foi desferida uma dura crítica – nunca refutada – nos anos 70 por Nicholas Georgescu-Roegen.

Georgescu-Roegen foi um grande contribuidor do pensamento econômico tradicional, sem ele a teoria de consumo não existiria. Mas, em sua crítica, previu antes de todos que o modelo mental produziria desastres ambientais e poderia deixar a Terra entregue à vida bacteriana. Depois de sua crítica, Georgescu-Roegen foi ignorado.

A humanidade não causa apenas o aquecimento global, mas também a maior extinção da vida dos últimos 65 milhões de anos. Tais desastres globais são apenas

Sem mudar o ponto de partida – o modelo mental e a teoria econômica – não é possível enfrentar as causas do desastre socioambiental

dois dos problemas, há ainda os processos contínuos de perda de solo, água, reservas pesqueiras, florestas, contaminação, poluição. A Terra foi transformada em lixeira.

É desonesto do ponto de vista científico discutir a falta de certeza sobre as conseqüências desses problemas, em vez de enfrentar as causas do que poderá ser um desastre para a humanidade. E elas não oferecem dúvida. O sistema econômico está em conflito com a natureza: a natureza é circular e nós somos lineares, produzimos-consumimos-descartamos; a natureza é finita e nós submetemos nossas estruturas e populações ao crescimento infinito; a natureza é regenerativa, nossos sistemas são degenerativos.

Acreditamos piamente no mito de *jogar*

fora, embora isso não exista. A degeneração ocorre com materiais da crosta que a natureza não vê há milhões de anos e, portanto, não regenera. Usamos componentes químicos, como pesticidas, que poluem e contaminam a água, o solo e o ar.

Rota de colisão

Ao ignorar a finitude planetária e manter o crescimento, entramos em uma rota de colisão perigosa. A herança mecanicista torna os processos econômicos reversíveis, previsíveis e neutros para o meio ambiente. Por isso é possível crescer sempre, como se não houvesse efeitos para o planeta e seus ecossistemas. A teoria do crescimento com base no processo tecnológico assume ainda que o ser humano é capaz de produzir outros fatores materiais que não os da natureza e que o capital produzido pelo homem é um perfeito substituto da natureza.

Tudo isso é falso. Segundo Charles Darwin, nada diferencia o ser humano dos demais animais; somos dependentes da natureza. Nossos corações só batem porque há seres vivos capazes de armazenar

a energia do Sol. O ser humano não produz matéria nem energia. Tudo vem da natureza, inclusive as tecnologias. A termodinâmica mostrou que os processos econômicos são irreversíveis, imprevisíveis e alteram em definitivo a natureza. A teoria econômica dominante é falsa como explicação da realidade e suicida nas suas proposições.

Existe um claro limite ao crescimento e, mesmo que conseguíssemos uma fonte infinita de energia, como escreveu Jeremy Rifkin, não removeríamos a finitude do espaço territorial e dos serviços ecológicos. Para que todos se igualem ao consumo dos países ricos, precisaríamos de dez planetas. Só temos um. Sustentabilidade requer simplicidade, consumo solidário, distribuição, eficiência, requer ênfase em tecnologia para evitar problemas, e não para solucionar problemas.

O crescimento dos países ricos foi planetariamente possível porque fizeram isso sozinhos. Na hora em que todas as nações seguirem o mesmo modelo de descarte, desperdício, consumo excessivo, nossa espécie animal vai perecer. O comércio global supre os países ricos com recursos

da natureza, tangíveis e intangíveis – a custo zero, uma vez que o sistema de preços não embute os custos ecológicos. O sistema de preços deriva de um conjunto de valores que assume que a espécie humana domina a natureza. Sem uma mudança geral de valores, não há como mudar o sistema de preços nem suas métricas, como o PIB.

Para resolver as tensões, a proposta é mais crescimento, supostamente para corrigir as desigualdades sociais. Na verdade, o crescimento hoje é um mecanismo de diferenciação social. O 1% mais rico dos Estados Unidos viu sua renda depois de impostos e da inflação crescer 73% entre 1970 e 1992, enquanto o quintil mais pobre perdeu 27% e o restante também teve queda na renda real. O índice de saúde social da Nordham University está em franco declínio desde 1970, embora o crescimento tenha continuado pujante. Estes e outros fatores se somam ao desastre ambiental que será global pela primeira vez na história da humanidade. Isso por conta do comércio exterior, que permite que os países ricos e os populosos, como a China, exportem seu colapso ambiental para nações como o Brasil.

Ou mudamos, ou o planeta nos muda. Está na hora de reformar o modelo mental e revisar as teorias econômicas para melhorar o placar da sustentabilidade de todos nós. O tempo é cada vez mais curto. **P22**

**Economista e autor do livro
Ecoeconomia – Uma nova abordagem
(Editora Lazuli, 2003)*



Toda nudez será castigada

“Nus é como nos sentimos por ter que disputar espaço nas ruas de São Paulo, em meio à violência gerada pelo estresse dos motoristas parados em congestionamentos, confinados em máquinas poluentes de vidros escuros. Diariamente essa situação põe em risco a vida de ciclistas, de pedestres e de motoristas” – trecho da Declaração dos Participantes da 1ª Pedalada Pelada de São Paulo, passeio que reuniu pelo menos 200 ciclistas na Avenida Paulista no dia 14 de junho. O encontro foi inspirado no *World Naked Bike Ride*, que acontece em diversos países. Várias pessoas tiraram as roupas, mas apenas um rapaz foi preso e liberado depois de algumas horas. Houve confronto entre policiais e participantes. Mesmo assim, a manifestação contou com o incentivo de transeuntes e até de motoristas. Em 2009, prometem os ciclistas, a festa será ainda maior. **P22**

A CADA PROJETO,
UM OLHAR SINGULAR PARA
A SUSTENTABILIDADE.

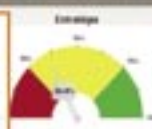


Atuando desde 2002 com questões relativas a Planejamento Estratégico Multi-Stakeholder, a APEL percebeu que precisava se posicionar. Começamos a nos questionar não sobre o papel de uma empresa de consultoria, mas sobre seu sentido para a sociedade. Não tardou para concluirmos que existimos para que as organizações empresariais se tornem melhores, se perenizem. E não há empresa perene em uma sociedade decadente: os custos globais se elevam e a base de consumo reduz. Isso não é sustentável. Igualmente não há empresa perene em um contexto de meio-ambiente em desequilíbrio: os custos globais se elevam e as matérias-primas se tornam escassas. Essas razões foram mais do que suficientes para nos recriarmos nesses últimos 6 anos. Passamos a incorporar a sustentabilidade como nosso sentido de existência e investimos muito no aprendizado, na mudança de nossos modelos mentais e, principalmente, em como tornar esse processo de mais fácil compreensão pelas corporações. Estamos dispostos a trocar nossas experiências com sua empresa para que, juntos, possamos construir estratégias, estruturas e modelos de negócio que busquem o máximo da eficiência econômica, social e ambiental.

Em números: RSA – Rating de Sustentabilidade APELO



Mensurar o Desenvolvimento Sustentável nunca foi tão prático.



Requisitos Essenciais

- Qualidade das Respostas - Colaboradores e Terceiros
- Atividade e Normativa
- Desenvolvimento Local e das Comunidades
- Práticas e Serviços para a Sustentabilidade
- Qualidade das Respostas - Clientes e Consumidores
- Combate à corrupção
- Transparência, Qualidade das Informações e Governança Corporativa
- Diversidade / Não Discriminação, Trabalho Infantil / Forçado, Trabalho Forçado / Sexual e Trabalho Forçado / Moral
- Declaração Ambiental (Exercícios): Transporte, Consumo, Inovação Produtiva e Desenvolvimento
- Engajamento de partes interessadas
- Qualidade das Respostas - Fornecedores
- Planejamento Estratégico

Estrutura

- Gestão de Produção e Gestão Ambiental
- Recursos Humanos
- Marketing
- Sustentabilidade
- Finanças
- OPC
- Rel. Governança Corporativa
- Corporativa

Item	Nota
100%	4,97
90%	4,77
80%	4,76
70%	4,76
60%	4,76
50%	4,76
40%	4,76
30%	4,76
20%	4,76
10%	4,76
0%	4,76

SFÉRICO - APEL PESQUISA E DESENVOLVIMENTO



Para aperfeiçoar a gestão em sustentabilidade da sua empresa, a APEL desenvolveu um sistema que responde com precisão às necessidades e diretrizes estratégicas: o **Sférico - Sistema de Gerenciamento da Sustentabilidade**. Através de um painel de controle de simples visualização são apresentados os ratings de análises quantitativas e qualitativas acerca da sustentabilidade na gestão da empresa. Diferentes recortes de análises facilitam a identificação dos caminhos a serem percorridos para que o modelo de maturidade em sustentabilidade seja alcançado. O Sférico permite também associar os conceitos e práticas consideradas referências às ações do dia-a-dia para todas as áreas e processos da empresa, orientando e mensurando de forma objetiva as melhorias necessárias e possíveis no modelo de gestão, além de favorecer um entendimento claro da situação atual e de simular resultados futuros com base nos impactos positivos que trarão ao desenvolvimento sustentável. Além disso, disponibiliza um ambiente no qual sua empresa instrumentaliza o seu processo de escolhas estratégicas, garantindo a alocação de recursos no que é relevante e material para o negócio, para a sociedade e para o meio ambiente.



www.apelconsult.com.br

Para mais informações, acesse: www.apelconsult.com.br/sferico